

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**O SENTIDO DE VERDADE NA MÍDIA: A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE E DA VERDADE
PELO DISCURSO JORNALÍSTICO NA COBERTURA DE *VEJA* NO DIA 29 DE MARÇO DE
2006**

MARIA JOSÉ MARQUES BEZERRA

RIO DE JANEIRO
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**O SENTIDO DE VERDADE NA MÍDIA: A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE E DA VERDADE
PELO DISCURSO JORNALÍSTICO NA COBERTURA DE *VEJA* NO DIA 29 DE MARÇO DE
2006**

Monografia submetida à banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
comunicação Social/ Jornalismo

MARIA JOSÉ MARQUES BEZERRA

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva de A. Soares

RIO DE JANEIRO

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Organizadora, abaixo assinada, avalia a monografia **O Sentido de Verdade na Mídia: A construção da Realidade e da Verdade pelo discurso jornalístico na cobertura de *Veja* no dia 29 de março de 2006**, elaborada por Maria José Marques Bezerra

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ____/____/____

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa.dra. Raquel Paiva de Araújo Soares

Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ

Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Muniz Sodré de Araújo Cabral

Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ

Departamento de Comunicação – UFRJ

Profa. Dr. Mohammed Elhajji

Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ

Departamento de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2006

FICHA CATALOGRÁFICA

BEZERRA, Maria José Marques.

O Sentido de Verdade na Mídia: A construção da Realidade e da Verdade pelo discurso jornalístico na cobertura de *Veja* no dia 29 de março de 2006. Rio de Janeiro, 2006.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/
Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ,
Escola de Comunicação – ECO.

Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares

BEZERRA, Maria José Marques. *O sentido de Verdade na Mídia: A construção da Realidade e da Verdade pelo discurso jornalístico na cobertura de Veja no dia 29 de março de 2006*. Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares. Rio de Janeiro: UFRJ/ ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

A narrativa noticiosa, ou simplesmente notícia, faz parte de uma série de enquadramentos discursivos, que têm na linguagem um *locus* de disseminação de sentidos construídos, no qual aporta-se no poder legitimado do jornalismo para operar um sistema de força capaz de moldar as opiniões e formatar idéias. Procura-se ressaltar através da análise de discurso, os mecanismos de construção daquilo que se entende por verdade e realidade. Através de uma interpretação dos códigos de produção do jornalismo, dos códigos semânticos presentes nos signos, significados e significantes, das estratégias e das regras de produção da notícia, identificar elementos repositivos de interpretação, portanto construção. E sob a ótica da complexidade e da semiótica evidenciar que tanto a verdade quanto a realidade constituem referenciais contextualizados de um projeto orquestrado pela mídia para mascarar seu conteúdo ideológico e subjetivo. O trabalho indica, através do que propõe Elhajji, que o jornalismo necessita fazer sua própria autoreflexividade e auto-hermenêutica a fim de desvencilhar-se de vez da mítica posição de observador imparcial, neutro, objetivo e universalista presente na sua enunciação discursiva.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 07 |
| 2. O JORNALISMO E A ATUALIDADE | |
| 2.1. A Atualidade no jornalismo | 13 |
| 2.2. Aparatos enunciativos: da ordem do complexo | 19 |
| 2.3. As vozes das fontes | 23 |
| 3. NOTÍCIA E ACONTECIMENTO | |
| 3.1. Os critérios de produção da notícia | 30 |
| 3.2. O meta-acontecimento | 32 |
| 3.3. Com a palavra: O fato –entrevista com a deputada federal Ângela Guadagnin | 34 |
| 4. O DISCURSO E A LINGUAGEM: Esteira por onde rola os entidos | |
| 4.1. Repetições discursivas, interdiscurso e símbolos ideológicos | 48 |
| 4.2. Estudo de Caso da revista veja do dia 29 de março de 2006. | 54 |
| 4.3. O plano dos signos e significantes na narrativa noticiosa | 61 |
| 5. CONCLUSÃO | 67 |
| 6. BIBLIOGRAFIA | 70 |

1. INTRODUÇÃO

O Jornalismo constitui-se, atualmente, numa das principais fontes de informação utilizada pela maioria da população para a compreensão e organização dos fatos que os circunda. Isto porque, há uma crescente necessidade de organização e estruturação lógica para os eventos imprevistos e incontroláveis que permeiam o cotidiano. Sendo assim, a notícia, embutida do discurso da imparcialidade, neutralidade e objetividade publiciza os eventos do mundo, dando visibilidade aos acontecimentos, sem contudo mostrar os seus mecanismos de produção, assegurando-lhe a credibilidade. Credibilidade conquistada através dos seus maquinamentos e códigos que ocultam o seu real fazer. Como diz Alsina (1996), a atividade jornalística pode ser entendida como tendo um papel socialmente legitimado para produzir construções da realidade que são publicamente relevantes. É desse poder de enunciador, que as notícias vão cada vez mais afirmando sua hegemonia na formação de opinião, na construção social da realidade e na atribuição de sentido aos fatos que julgar relevante. Não estamos tratando de uma análise pura e restrita de discurso, mas de uma percepção e interpretação dos mecanismos discursivos revelados nas dobras do conteúdo da mídia selecionada, em ênfase a revista *Veja*. Trata-se *à priori* de uma inquietação perante a construção de sentidos, de “verdades” e de “realidade” descortinadas nos discursos inseridos nas narrativas noticiosas ou notícias, em que apoiados numa retórica pretensiosa de objetividade e imparcialidade inerentes ao jornalismo, abarcam em si o sentido de universalidade. É partindo dessa inquietação que surgem as várias tonalidades interpretativas, pois para interpretar os diversos elementos que correspondem à notícia, o acontecimento, a atualidade, a enunciação discursiva, as mediações e todos os outros elementos aqui analisados no que concerne o fazer jornalístico, se faz necessário recorrer a uma leitura do próprio discurso jornalístico, as condições em que estes estão instaurados e aos elementos semiológicos.

No primeiro capítulo, entender os mecanismos utilizados pelo jornalismo para construção das narrativas noticiosas, assim como identificar o que corresponde ao atual. De que são feitas as atualidades, em que instâncias estão vinculadas e até que ponto norteia o processo de produção das narrativas. Entender a ordem da complexidade no jornalismo faz perceber que este enquanto organizador da “realidade” do mundo tem nas suas próprias regras de produção o desfocamento da sua retórica de objetividade e universalidade. Ao irromper sobre uma polifonia de vozes e sentidos, as notícias

configuram-se inevitavelmente numa narrativa noticiosa interpretada. Porque fica claro, que sob a ótica da complexidade, este fazer emana de um processo subjetivo, contextualizado e fragmentado que tem no seu poder legitimado amparo para se postular objetivo.

Como afirma Nelson Traquina, “os jornalistas não são simplesmente observadores passivos, mas participantes ativos no processo de construção de realidade. E as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento”. No segundo capítulo, mostrar não apenas o que são as notícias, mas principalmente do são alimentadas estas notícias. Seus mecanismos de produção, sua codificação, suas mediações, e sobre os acontecimentos que irrompem a partir de outros que foram construídos, os meta-acontecimentos. Em seguida, discute-se como as construções discursivas são constantes no fazer jornalístico, e como estas estão inseridas e inscritas como “verdade” na notícia. Através da fala do próprio fato (em ênfase na análise) mostrar o que a imprensa não permitiu que se fizesse, mostrar a versão do próprio fato.

Pretende-se através da análise de discurso, presente no terceiro capítulo, interpretar como as regras utilizadas no fazer jornalístico produzem narrativas sobre o acontecimento, revelando não apenas o que aconteceu (o fato), mas principalmente construindo realidades e “futuros”. O discurso utilizado pela revista semanal *Veja*, do dia 29/03/2006, vêm denotar que a construção do acontecimento através da notícia não é apenas possível, mas faz parte de suas estratégias para afirmação de seu poder sobre a formação da opinião pública. A partir da lógica da semiótica da comunicação, da presença dos signos, dos significados e significantes, perceber a construção de sentidos orientados para disseminar um referencial ideológico dos que produzem as notícias e as publicam. Por outro lado, fazer uma leitura desses códigos presentes nas matérias selecionadas, interpretando o que cada signo reporta, o que os significados e significantes trazem em si e que motivações despertará nos leitores. A revista *Veja*, no estudo de caso, também faz parte de um olhar interpretativo sob óticas e teorias apreendidas através dos estudos teóricos da comunicação. Pretendemos, em termos de objetivos específicos, caracterizar o discurso dessa revista, considerando suas especificidades e sua natureza *mediática*, e deixando visíveis as inúmeras possibilidades de criação de verdade e realidade que dispõe este veículo, quer seja pelo uso exaustivo de signos, significante e significado embutido na sua textualidade quer seja pela construção discursiva operante em todo o conteúdo das matérias. Para a análise, partimos de um conjunto de matérias

interligadas ao tema proposto e motivado no escopo das matérias, o que se justifica pelo fato de que, o maior índice de matérias acerca de um assunto reflete os aspectos das implicações da própria natureza do jornalismo. Em outras palavras, partimos do pressuposto de que quando revistas se voltam para um determinado tema, conferindo-lhe maior visibilidade, há elementos e circunstancialidades externas que contribuem para acentuar a publicidade em torno do assunto destacado, faz-se elementar visto que na instância atual em que a política e todos os assuntos a ela relacionados vertem para si todos os olhares, justifica-se ainda pelo fato de que este é um ano de importantes eleições, onde o jogo de construções de discursos que favorecem a uns em detrimento a outrem sempre ou quase sempre se desencadeia através da mídia. Torna-se, portanto fundamental perceber de que forma são feitas estas construções discursivas e como estes conteúdos afetam os leitores.

Entender como se processa a construção do discurso no conteúdo da reportagem da revista citada, constitui compreender como o jornalismo através de suas regras próprias de produção, regula o novo, o imprevisível, ou seja, o próprio acontecimento. Tendo como objeto de análise a notícia, aquela que pretende dar conta da visibilidade do real ao dizer que trabalha com o fato/acontecimento, versa-se sobre a forma como no jornalismo as notícias são produtoras de acontecimentos. Ao recriar o acontecimento, está a notícia criando uma realidade seja através da falta de apuração necessária dos fatos realmente ocorridos, seja por estratégia peculiar que faz parte dos discursos e linguagens jornalísticos, ou seja, pela própria temporalidade. Enfim, por mais objetivo, neutro, imparcial que seja o processo de produção desta notícia, mais e mais vai se perdendo em seus “falsos” fundos e labirintos, pois o próprio produzir já encerra em si mesmo um estado de escolhas e enquadramentos subjetivos. Não se pode ser imparcial em se tratando de escolhas e, no jornalismo as escolhas são constantes, vão desde a pauta à escolha das fontes que dão voz e terceirização de pessoa no discurso das matérias publicadas. Sob a ótica da complexidade e da semiótica da comunicação, interpreta-se o jornalismo não como uma instância de transcrição do real e de verdade, mas numa construção sujeita a contextos, subjetividades e interpretatividades que têm a verdade e o real apenas como referentes.

Ao tomar como exemplo, em citação de caso, a matéria publicada na revista *Veja* de 29 de março de 2006, cuja capa traz a deputada Ângela Guadagnin do PT, percebe-se o poder de enunciação deste veículo e na construção de realidade e “verdade” que se cristaliza no meio social como verdade histórica irrefutável, endossando o senso da população e na formação de opinião. O fio condutor passa por uma

leitura analítica do discurso e conteúdo da revista, aos intrincados jogos estratégicos de produção de notícias.

Finalmente procura-se demonstrar que os fatos “reais” são na verdade o resultado de reconfigurações através da linguagem e da sua contextualização, onde interpretados pelo jornalista que os apreende assume o lugar do “fato”. É sobre este jogo acontecimento/ reconstrução do acontecimento através da notícia que tentamos evidenciar que o agir jornalístico pressupõe antes de tudo, uma construção de sentido através do discurso. Como diz Foucault (2002), o acontecimento não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção dos elementos materiais.

O acontecimento é ele próprio, mas também é a linguagem em que foi reelaborado, o modo como foi interpretado, o tempo em que foi reportado. Enfim, o acontecimento constitui matéria básica para a construção da notícia, mas ele mesmo não a verdade como apregoa os manuais das redações jornalísticas. Os acontecimentos ou eventos imprevistos e incontroláveis povoam o nosso cotidiano, os quais precisamos organizar em estruturas lógicas para torná-los compreensíveis à nossa experiência social. No jornalismo, seja através da mídia impressa ou televisionada, o discurso utilizado é sempre o discurso da verdade. A notícia, por definição, trata de eventos ocorridos, mas é acima de tudo uma construção de uma realidade social. Como salienta Alsina (1996:18), “a atividade jornalística por portar um “papel socialmente legitimado para produzir construções da realidade que são publicamente relevantes”, pode assim constituir-se numa atividade com amplos poderes de escolha, apoiando-se no discurso da neutralidade, imparcialidade e objetividade. No entanto, as condições sob as quais estão alicerçados os modos de produção da notícia, ficam sempre ocultas, pois seus códigos são sempre camuflados. Fazer uma leitura mais precisa desses códigos também constitui objetivo deste trabalho.

Entender os mecanismos utilizados pelo jornalismo e a forma como acontecimento, informação e texto se entrelaçam na consumação do produto final, a notícia. A questão que move esse trabalho, não é de flagrar as manipulações propositais do jornalismo, nem tampouco condenar competências profissionais, mas apurar como as formas de produção no jornalismo, regulam o acontecimento e constroem a realidade.

Não se pode ignorar a idéia de que a função primeira da mídia é tornar público os acontecimentos noticiáveis, dotados de noticiabilidade e espetáculo. Por outro lado, a mídia, não pode evitar que os próprios *media* se tornem fonte de acontecimentos, que produzem os meta-acontecimentos, pertencentes

ao domínio do discurso, pois como se percebe cada vez mais a mídia pauta a vida social, construindo-lhe futuros embora seu material seja o passado. O discurso jornalístico constrói o acontecimento segundo o código que o regula, pois se trata-se de um processo de produção, e como tal está sujeito a classificação, hierarquização, critério de escolha, que embora se intitule objetivo, não o é na verdade. Portanto, resulta numa produção de uma realidade. Realidade que muitas vezes passa a configurar-se como verdade irrefutável, pois foi enquadrada pelas lentes e câmeras e ou textos do jornalismo e se insere na vida social com uma dinamicidade natural. Partindo do pressuposto de que a realidade pode ser produzida pela notícia, a hipótese parte de uma análise da notícia, por representar, segundo os critérios jornalísticos, a transcrição do real, pois esta contém o fato/ acontecimento.

Procuramos enfocar as principais mediações entre o acontecimento e a notícia, além de mostrar como o acontecimento faz notícia e a notícia faz o acontecimento e a instauração de um acontecimento desencadeado pelo próprio acontecimento, o meta-acontecimento. São as mediações simbólicas, mercantil e tecnológica. No jornalismo, o fato de a reportagem, como um texto, ser esboçado a partir de técnicas de codificação, parte em princípio pelo crivo da observação, descrição e interpretação institucionalmente elaborados e paradigmaticamente aceitas, contudo em todo esse processo, fica evidente a quebra do mito da neutralidade, imparcialidade ou universalidade, pois trata-se de uma representação do real e não o real. O texto acabado constitui-se apenas uma leitura dentre várias possíveis e que o sentido por ele liberado é longe de ser idêntico ao da realidade estudada. Como acrescenta Mohammed Elhajji (2002:4), a existência desses dois níveis de representação significa que a construção semântica/sintática conformada na superfície textual oferece infinitas possibilidades de leitura e de análise. A apreensão da realidade objetiva pelo sujeito que o converte numa realidade simbólica.

Trata-se também de uma reflexão à cerca do modo de produção responsável pelas noções de verdade e realidade. Para o público que “consome” as notícias, a verdade e a realidade estão ali, diante dele no texto que acaba de ler. Contudo, essa verdade e realidade fazem parte de um universo construído e estruturado segundo formas e fórmulas do jornalismo. Num primeiro momento, discute-se como os códigos embutidos na linguagem e no discurso a que estão submetidos o jornalismo regulam a construção semântica e simbólica da notícia. Formas como o lead, pirâmide invertida e seções hierarquizadas dos jornais, por exemplo, constituem formas de enquadramento dos acontecimentos, o que leva a perceber que o jornalismo seleciona e constrói o que deve ou não ser notícia. Em seguida, discute-se como as narrativas

noticiosas apresentam-se, elas mesmas, como acontecimentos, os fatos jornalísticos adquirem importância não por sua relevância social, mas pelas facilidades operativas, ao nível da narrativa jornalística e do consumo, que oferecem. As técnicas editoriais que são utilizadas para “encobrir a realidade” ou para criar outras, a formas como o jornal que chega ao leitor, é fruto de um processo subjetivo no qual a idiossincrasia de um grupo é veiculada sob a falácia do discurso “imparcial”. O objeto de nossa análise é um conjunto de notícias encadeadas entre si através de um gancho principal. Por tratar-se de um fato com propósitos claros no âmbito do cenário político atual, amplamente divulgado pelas principais mídias do país, denota extensa reverberação no âmbito da política o que já permite um olhar mais cuidadoso sobre as possíveis repercussões no meio social em que encontra inserido. Fazer um estudo de caso da revista *Veja*, do dia 29 de março de 2006, cujo enfoque político traz como capa a deputada do PT do estado de S. Paulo, Ângela Guadagnin, que ganhou destaque no cenário nacional quando comemorou a não-cassação de um amigo parlamentar numa sessão plenária. No que diz respeito à notícia, percebe-se que ela cria a realidade seja através da falta de apuração necessária dos fatos realmente ocorridos ou por estratégia peculiar que faz parte do jogo do fazer jornalístico, que enquadram segundo seus moldes os acontecimentos por ela captados. Finalmente, procura-se demonstrar que a mídia através de seu produto, a notícia, não apenas fabrica o acontecimento, como o tece no meio social como realidade e verdade, quer seja pelo uso incisivo de suas técnicas, quer pelo seu discurso e conteúdo semântico propositalmente elaborado. Tomou-se como referência e fio condutor para as análises e interpretações, além da notícia — objeto deste trabalho — um conjunto de matérias relacionadas entre si presentes no semanário de *Veja*, um dos principais formadores de opinião do país.

2. O Jornalismo e a Atualidade

Neste capítulo pretende-se perceber as relações que existem entre o jornalismo e a atualidade. Como estão imbricados e até que ponto um constrói o outro através de seu processo de elaboração. Além de mostrarmos como são construídas as narrativas no jornalismo, assim como as instâncias em que é produzido, assim como detectar a ordem complexa em que está instaurado o campo jornalístico. Para Juarez Bahia (1990: 9) “A palavra Jornalismo quer dizer apurar, reunir, selecionar e difundir notícias, idéias, acontecimentos e informações gerais com veracidade, exatidão, clareza, rapidez, de modo a conjugar pensamento e ação”. Estas intenções que fazem parte da retórica jornalística poderiam constituir-se em verdade se não se tratasse de uma construção captada por um fazer dotado de subjetividades. Como frisa Clóvis Rossi (1994), o Jornalismo é uma fascinante batalha pela conquista de corações e mentes de seus alvos: os leitores, telespectadores e ouvintes. Sendo assim, fica evidente o papel de intermediário que assume o jornalismo como fonte substancial de informação nos dias atuais. Sem contar que ele é constituído por um universo polifônico, oriundo das fontes, das intenções de uma pauta e de um conjunto de estratégias que se voltam a um determinado fim. E o atual, é apenas o que sugere o jornalismo? O jornalismo cria a atualidade através dos seus produtos? Mas de que forma essa intermediação afeta o sujeito para o qual o jornalismo se dirige? Muitas questões podem ser levantadas acerca desse fazer, mas algo que fica evidente é que se trata de uma forma complexa embutida em

retalhos de discursos que pretendem dar conta da totalidade do mundo, mesmo que esse objetivo jamais seja alcançado.

2.1. A Atualidade no Jornalismo

Como diz Mouillaud “A Atualidade é feita dos acontecimentos que são contemporâneos do jornalista que os enuncia, do jornal que os publica e do leitor que os lê” (2002: 72). O atual sugere espetáculo, novidades e acima de tudo universalidade, mas se perde em seus próprios labirintos. Como frisa Raquel Paiva, em *Jornalismo Comunitário: Uma Reinterpretação da mídia* (2006), o jornalismo assumiu um lugar definitivo como formulador da narrativa do “atual” em nossa civilização.

O jornalismo é alimentado pelos acontecimentos, não puramente acontecimentos, mas aquilo que lhe se convencionar classificar como acontecimento. E, é no “atual”, que ele extrai sua matéria-prima, a notícia. Mas convém, antes de tudo, que se permita desmistificar o que se convencionou chamar de atualidade. Os acontecimentos aparecem embutidos em *atualidades*, contudo nem tudo que é atual é acontecimento. Apesar de retroalimentar o acontecimento, a atualidade não existe só simplesmente, ela depende de uma cadeia de significados e construções de sentidos até que possa alçar a categoria de tal, talvez por isso e por outras razões ela exista em superfície ao invés de profundidade. Como depende do tempo presente para existir, a atualidade encontra nele o seu fundamento. Por se tratar, como diz Mouillaud, de efêmero, a atualidade esgota-se em si mesma antes mesmo que seja reinventada. É no leitor e para o leitor que a Atualidade se fundamenta. Satisfaz a sua necessidade de contemporaneidade, de presente e de onipresença. Encontrando no presente sua evidência, a Atualidade tem necessidade de autodiferenciar-se para irromper assim aquilo que o aprisiona: o passado.

Ainda segundo Raquel Paiva, “diante da superestrutura produzida pelo jornalismo comercial/ industrial como gerador de uma narrativa da sociedade atual, e, conseqüentemente promotor e gerenciador de uma estrutura do pensamento público vigente, concebe-se que se trata de uma ordem exclusivista, concentracionista e correlacionada de maneira fulcral aos propósitos consumistas da atualidade¹”. É notório perceber que o jornalismo afirma-se não apenas como fonte histórica, mas também como o referencial de realidade e verdade que a sociedade consulta e repete como seu próprio oráculo. As notícias

¹ PAIVA, Raquel. *Jornalismo Comunitário: Uma Reinterpretação da Mídia (pela construção de um jornalismo pragmático e não dogmático)*. 2006. p. 1.

passam a configurar-se como uma extensão do próprio olhar, um olhar onipresente que abarca o mundo, o situando numa temporalidade e espacialidade. Muito embora se trate de uma construção direcionada a produzir este efeito de verdade e realidade.

No jornalismo, a necessidade de se produzir conteúdos diferentes, faz com que a busca pelos “fatos” atuais irrompam numa busca sedenta por algo que provoque outra diferença. Não obstante, os conteúdos “atuais” refletem o próprio movimento do tempo: o de quebra contínua e descontínua de si mesmo. Está na natureza da Atualidade refletir os nossos anseios, necessidades e aquilo a que estamos atentos. Talvez por isso, a mídia esteja tão atenta aos acontecimentos não apenas físicos, mas principalmente aos acontecimentos que impliquem numa tradução social, isso porque ela se coloca como o sujeito-intérprete social. Segundo Foucault, o lugar do sujeito é o de intérprete.

Para entender os mecanismos de produção de notícias pelos meios midiáticos convém perceber a instauração de códigos, que constitui fator fundamental para que a notícia-produto seja construída e globalmente legitimada como forma de conhecimento do tempo presente, como salienta Sodré (1996).

“O código rege não apenas o suposto interesse do leitor, mas também o modo de vincular-se ao objeto de interesse” (SODRÉ, 2001: 141). Além dos códigos que aí operam, a construção de sentidos é consumada diariamente sem que o leitor se aperceba. Cabe aos outros veículos intensificar esta construção, não obstante, coube ao principal telejornal nacional imprimir e complementar os sentidos para a notícia que a revista veja publicara na edição de 29 de março de 2006, cujo título “Moral Torta” que traz a foto da deputada petista dançando numa sessão de votação do plenário e que o telejornal complementa com a construção discursiva “a dança da pizza” em referência a impunidade brasileira no caso da CPI do mensalão. No caso, a CPI do mensalão, assunto de grande repercussão no cenário político atual, funciona como pólo atrator para as construções de sentido através da linguagem e do discurso que operam nas notícias referentes. Neste sentido, os leitores que estão em estado virtual, passam a perceber o que a mídia chama para si e passam a observar o sentido que foi desperto.

O que a notícia através do seu discurso e construção de sentido desperta não é algo que surge naturalmente, mas através de uma série de procedimentos orquestrados com a finalidade de consolidar o seu poder onipresente. Michel Foucault acredita que o poder funciona como uma “rede de mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras”².

² FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 2000. p. 64

No jornalismo vê-se operar um sistema de símbolos e códigos nos quais segundo Bourdieu está ligado diretamente à função do sistema de produção, onde os símbolos e significados vigentes possuem um peso de realidade efetiva, onde a integração lógica e social das representações coletivas explora a dimensão simbólica do social. As possibilidades técnicas e a legitimidade dada às notícias apresentadas na mídia tornam possível a construção de realidade. E toda uma produção de bens simbólicos é criada em torno da realidade produzida, como os elementos que são adicionados nas produções e na edição de uma matéria jornalística, como, por exemplo: a música, o próprio texto jornalístico, os símbolos e outros elementos que são pensados para operar nessa construção de sentido.

Um outro fator importante na construção da notícia no jornalismo é o tempo. Como acrescenta Sodré (2001: 136) “a duração do tempo, no jornalismo, dá ao indivíduo um sentimento de simultaneidade ao mesmo tempo em que o coloca no espaço nacional homogêneo sem perder a sua heterogeneidade”. O jornalista lida com o fator tempo de forma decisiva para a produção da notícia, pois ele precisa inscrevê-la na vivência do presente mesmo que esteja diretamente relacionada com o passado. Para Anthony Giddens, o tempo e o espaço são recombinações para formar uma estrutura histórico-mundial genuína de ação e experiência. Faz parte das narrativas jornalísticas situar o fato numa determinada instância temporal e espacial, ou seja, numa causalidade linear, contudo, isso não se dá de forma natural, não é algo da ordem natural das coisas, mas surge como uma forma sistemática de organização da racionalidade e de presença. O sujeito que se enuncia através do discurso, no caso o jornalista, tem a necessidade quase que pragmática de estar contemporâneo ao acontecimento e está inserido na sua própria constituição cultural. Sendo assim, o tempo e o espaço são reconfigurados no fazer jornalístico de acordo com as formas e regras inerentes ao processo de produção das notícias.

Por isso mesmo, no jornalismo, a notícia não reproduz os acontecimentos, mas reproduz um fragmento que justaposto às condições de local, a um ponto no espaço e a um fragmento do tempo, dá a ilusão de totalidade.

“O jornalismo é a fabulação sobre o mundo da modernidade e se abriga por trás de uma retórica que tem na técnica o seu principal argumento e disfarce, que lhe garante trânsito fácil e livre por entre as dobras dos demais domínios sociais” (REIS: 2002: 97).

É no jornalismo que os “acontecimentos” tornam-se visíveis e notórios, ao mesmo tempo em que outros ficam “censurados”, ou melhor, não são reportados para os formatos noticiosos. Estes “fatos” que ficam fora desse processo não deixam de ser fatos, mas certamente não farão parte da seleção que irá compor as narrativas que serão tecidas a todos os instantes na sociedade informacional dos dias atuais.

Tornar visível constitui um ato de escolha e decisão que implica numa relação de tradição cultural, valores, rotinas, rituais e formas específicas de organização. Portanto uma construção. Construir significa, antes de tudo, elaborar. Para que o processo de elaboração de notícias esteja adequado aos formatos que o compõem, é necessário que os acontecimentos estejam hierarquizados e atendam aos formatos *midiáticos*. Para dar conta da necessidade de informação do leitor, os acontecimentos são atropelados pelo próprio fazer jornalístico que emana de uma sentença paradigmática sujeita ao tempo. Não apenas ao tempo presente e factual, mas ao tempo passado e ao tempo futuro. Ao mencionar o tempo, não apenas o *chronos* propriamente dito, mas ao tempo em que foi reportado, o acontecimento torna-se ele próprio, a linguagem em que foi reelaborado e o modo como foi interpretado. Sendo assim, o acontecimento pode até ter características do momento “real”, do retrato do fato, mas não o é em sua essência porque se trata de uma construção que só adquire sentido através do discurso que se depreende. O “calcanhar de Aquiles”, no jornalismo, é o próprio mito da imparcialidade. Como ser imparcial, quando o que está em questão é exatamente o verbo escolher. A escolha se efetua desde a seleção dos fatos que são importantes, a ordem de sua apresentação aos enquadramentos e disposição no veículo em que estará disposto. Como se trata de reconfigurar fato “real” através de uma linguagem contextualizada, tem em operação a interpretação do jornalista que os apreende. O que se tem na verdade é uma apreensão e interpretação do fato, mas nunca o fato efetivamente. Como ser imparcial, se a busca do jornalista pelas informações que irão compor as notícias pressupõem uma procura, uma seleção, uma investigação e uma interpretação dos acontecimentos? Interpretar não é um ato subjetivo, parcial? Parcial, porque ao se optar por este ou aquele caminho se faz em detrimento de outrem. O que não se descarta sem dúvida é a intenção de imparcialidade e objetividade que se imprime nos manuais de jornalismo, mas a isenção pessoal de quem escreve ou edita isso é da ordem do inatingível.

A notícia constitui o resultado da necessidade de relatos do inobservado, da capacidade de informar aos outros, e o trabalho de produção daqueles que estão nos meios de comunicação. Há uma necessidade no leitor ou “consumidor” de notícias de co-participar do fato noticiado, assim como um

desejo de onipresença que as notícias jornalísticas dão de certa forma. Como é impossível para o leitor ou cidadão dar conta do que acontece fora do seu universo particular, a notícia funciona como uma extensão do seu próprio olhar, da sua visão. É esse sentido de “observador” dos acontecimentos que faz com que o leitor situe-se referencialmente no espaço e no tempo. O que não quer dizer propriamente que essas construções narrativas estejam trazendo o relato exato do acontecimento, mas funcionam como recurso potencial para a construção deste, uma vez que o acontecimento construído está continuamente dependente dos fins que os produziram para a sua durabilidade.

É no formato do texto jornalístico que a narrativa se constrói com uma polifonia de vozes e intertextualidade, o que mais parece uma colcha de retalhos. Essa polifonia de vozes, selecionadas, somadas às informações formatadas tornam-se geradoras de sentido e de construção de realidade que se cristaliza como verdade no meio social. Depois de formatada, a notícia jornalística adquire caráter referencial da realidade refletindo-a, às vezes, e outras a fazendo refleti-la. Utilizando-se de estratégias de enunciador neutro, consegue a credibilidade para oferecer-se ao mercado como um lugar de sentido. Juntamente com a oferta de sentido, as notícias jornalísticas pela mídia vêm embutidas de espetáculo, pois é no espetáculo, sua matriz paradigmática, que o jornalismo contemporâneo se norteia.

Como diz Guy Debord (2000), o espetáculo na sociedade moderna está ao mesmo tempo unido e dividido. Como esta, ele edifica sua unidade sobre o dilaceramento. É do espetáculo que o acontecimento se nutre atualmente, vertendo para si os olhares do mundo. Não obstante, a mídia vem estrategicamente consumando o seu poder de criar o “real” ao mesmo tempo em que, como salienta Baudrillard, o real também a cria. Os limites dessa relação não são claramente percebidos pelo público-leitor, mas, no entanto através de seus enunciados.

Hoje quando se fala em direitos humanos, o senso comum acredita numa formulação criada pelo espetáculo que se refere a esses direitos como proteção aos “marginais”. Entretanto, quando o discurso se refere aos direitos do consumidor todos concordam e não se apercebem do enfraquecimento do “ser humano” com relação ao “ser produto”, ou como diz Debord (2000): “os direitos do homem espectador”.

É neste movimento essencial do espetáculo, segundo Guy Debord (2000: 35) que “consiste em retomar para si tudo o que existe na atividade humana no estado fluido, para o possuir no estado coagulado, enquanto coisas que tomam o valor exclusivo pela sua formulação pelo avesso do valor vivido, reconhecendo a nossa velha inimiga que tão bem sabe parecer à primeira vista qualquer coisa de trivial e

compreendendo-se por si própria, quando, pelo contrário, ela é tão complexa e tão cheia de sutilezas metafísicas, a mercadoria”.

Nesse contexto, a linguagem se faz presente para construir essa interpretação: “A perda da qualidade, tão evidente a todos os níveis da linguagem espetacular, dos objetos que ela louva e das condutas que ela regula, não faz senão traduzir os caracteres fundamentais da produção que repudia a realidade: a forma-mercadoria é de uma ponta a outra a igualdade consigo própria, a categoria do quantitativo. É o quantitativo que ela desenvolve, e ela não pode se desenvolver senão nele”.

“O jornalismo noticioso contemporâneo, segundo REIS (2002: 104), tem a matriz do espetáculo como paradigma norteador de tal reconhecimento, fato, então, passa a ser tudo o que coincide com os signos que transformam algo em espetáculo a ser narrado com o intuito de angariar afetos de outros e cumprir com o contrato estabelecido ao se instituir o jornalismo como narrador privilegiado”. Esse lugar privilegiado é também legitimado, porque o jornalismo institucionalmente tem o poder de dizer. Não obstante, vê-se hoje, o jornalismo tomar lugar da narrativa ficcional, fornecendo sempre ou quase sempre modelos para as pessoas lidarem com a realidade.

A apresentação dos fatos pelo jornalismo, através do discurso que o constitui, é o resultado da soma de dispositivos que operam segundo códigos e critérios de escolha, classificação e hierarquização, o que resulta numa produção de uma realidade, como diz Braga (2000: 3). É na atualidade, no sentido daquilo que é novo, que se irrompe que o jornalismo vem se consumando, tendo como conjectura o espaço-tempo como referencial. Contudo, com o avanço das tecnologias que permitem comprimir o espaço, deterritorializá-lo e transformá-lo noutra coisa senão o que ele já fora, o espaço-temporal do acontecimento diminui, como acredita Braga (2000). Essa diminuição espaço-temporal permite fazer novas conexões com a realidade. O real aí se torna mais um referente e não o que é dado à *priori*. Esta ilusão obtida por este encurtamento de espaço e tempo, obtido, por exemplo, através da comunicação ciberespacial vem chamar a atenção para o que pode ser criado, simulado, manipulado nesse universo comprimido.

2.2. Aparatos enunciativos: da ordem do complexo

Em outras palavras temos, de um lado, uma estrutura social determinada, hegemônica, da qual todos participam e, de outro lado, o Sujeito individual que não deixa de realizar microtransformações, em um diálogo com o todo (macrocódigo) e com outros sujeitos individuais que levam à transformação das práticas cotidianas que, por sua vez, sustentam um modo de percepção que legitima a estrutura social. É um caminho de mão dupla, que envolve o sujeito e o coletivo.

Podemos dizer que a mediação entre as esferas (ou recepção) é uma negociação de sentidos. E, daí, afirmar que a recepção é um processo de mediação cultural. O ato imaginário reflete a luta social para a construção de uma nova hegemonia - e esta, por sua vez, se realiza no ato concreto. As reivindicações culturais presentes na esfera imaginária podem ser atendidas ou não na esfera política, ou atendidas em parte; tudo depende dessa negociação que aí se opera. No Jornalismo, por exemplo, tem-se nessa prática social um importante espaço em que ocorre essa tal negociação. Também fruto da Modernidade, o Jornalismo se apresentou, teoricamente, sempre como um espaço público de discussão, embora nem sempre sob a mesma perspectiva para todos. O funcionalismo via a atividade jornalística como uma das muitas engrenagens do sistema social, construído para operar rumo ao progresso do mesmo, ou seja, se privilegiava o seu caráter instrumentalista. Já a Escola de Frankfurt via no Jornalismo a própria expressão da dominação ideológica mantida pelas elites sobre as massas populares. De qualquer forma, nessas concepções típicas da Modernidade o Sujeito inexistia como tal.

A realidade apreendida pelo sujeito na modernidade é a realidade instituída na linguagem e que como recurso, a linguagem vem imersa em construções sócio-culturais e históricas, pois corresponde a um sistema de símbolos. Ao apropriar-se da linguagem, como diz Pêcheux e Fuchs citado por ORLANDI (1996: 19), o sujeito não se apropria de forma individual. A forma dessa apropriação é social. Nela está refletida o modo como o sujeito a fez, ou seja, sua interpelação pela ideologia. O sujeito que produz linguagem também está reproduzido nela. Essa inscrição do sujeito na linguagem instaurada não constitui apenas um poder de fala, mas principalmente o domínio da mídia sobre os acontecimentos.

A atuação do jornalista como enunciador de discurso se instaura na e sob a linguagem, é na esfera da linguagem, como acrescenta Mohammed Elhajji (2002: 120), que o sujeito toma consciência da natureza semântica, semiótica e ideológica de seus atos. Pela ótica da complexidade, o jornalismo em seu campo de ação não consegue ser ele mesmo universal e objetivo, pois lida diariamente com vertentes subjetivas de enunciados e enunciadorees. Para Castoriadis, “a subjetividade é a capacidade de receber

sentido, de fazer algo com ele e de produzir sentido, dar sentido, fazer com que cada vez seja um sentido novo”³. O jornalista se utiliza de um conjunto de estratégias narrativas que visam impor através dos enunciados discursivos a sua própria instância autoral, ao se postular como o intérprete do fato real.

O que sugere Mohammed Elhajji é uma autoreflexividade e auto-hermenêutica do jornalismo enquanto instância do saber das ciências sociais assim como fez a antropologia, hoje com um vasto acervo bibliográfico acerca de autocríticas abordando sua auto-hermenêutica. Assim, o jornalismo supera a ilusão da objetividade e universalidade pretensas. Para ele, tanto o discurso jornalístico quanto o antropológico são diferidos apenas quanto à forma. Enquanto o primeiro está condicionado à pauta, às orientações do editor e às regras de marketing do jornal, a segunda está sujeita aos paradigmas reinantes no campo científico e pelas expectativas de sua comunidade no momento. Portanto, ele propõe que o próprio discurso jornalístico seja inscrito em primeira pessoa, assumindo a sua verdadeira postura subjetiva, que implica dentre outras coisas em estar ciente da posição do autor de seu lugar no mundo e que o seu olhar é apenas um dentre os possíveis olhares e relativismos que é comum a tudo que incorre em interpretação e interação sujeito/ objeto.

Para que o texto jornalístico interaja com o leitor é necessário que este contenha elementos identificadores, para isso a apreensão de simbolização e significação torna-se fundamental para a compreensão deste, é neste instante que entra em jogo um mosaico polifônico onde vociferam estruturas semânticas pré-construídas pelo próprio autor e seu universo de trabalho. A realidade posta em cena no texto é o resultado de uma construção. A realidade, portanto, existe como um elemento referenciador e não com o real propriamente dito. Segundo Maturana, “Se o sistema de comunicação é projetado por um observador, esse homorfismo é obtido por construção; se um sistema preexiste é descrito como um sistema de comunicação pelo observador, ele ou ela assume esse homorfismo em sua descrição”.

A respeito da realidade, Humberto Maturana (2001) diz que esta é um domínio de coisas e, nesse sentido, aquilo que pode ser distinguido é real. Isto posto, não há dúvida sobre o que seja a realidade: é um domínio especificado pelas operações do observador”. O observador, no caso o jornalista capta o novo, a novidade a partir de seu próprio quadro de referência e nunca desacoplado do seu universo estrutural. O que transparece no tecido do texto jornalístico e é tido como “orientação técnica”, “cuidado técnico de apuração”, “imparcialidade” na abordagem e observação do fato ou do acontecimento pode estar

³ CASTORIADIS, Cornelius. *Para Si e Subjetividade*. 1999, p. 35

representando muito mais um “direcionamento” da notícia, do que propriamente uma orientação em busca de um melhor e maior esclarecimento do tema ou do acontecido para a sociedade. Antes mesmo de iniciar-se a apuração de uma notícia, ela já tem, como já dito, o seu conteúdo pré-configurado e pré-formatado pela reunião de pauta.

Seja qual for a mídia (jornal, revista, rádio, Internet ou TV) a narrativa começa a ser delineada, diagramada, com seus contornos e configurações, nesta reunião, onde os profissionais e seus chefes e Editores discutem a atualidade e dela extraem os assuntos que interessam à pauta. Em todo o processo, fica evidente que se trata de um processo de construção, e como tal está especificado através das ações de distinção simbólica e de significado, isto é pelo universo subjetivo e não objetivo da realidade. A partir da reunião de pauta, a nascente narrativa passa por escaninhos e filtros visíveis e invisíveis que a depuram e matizam, adequando-a aos interesses e negócios que movem o jornal. A notícia é “enxugada”, retirando-se dela tudo o que não interessa ao que se pretende divulgar; e matizada com a inscrição da linha editorial dos proprietários da empresa jornalística, no caso em estudo, a revista *Veja*. Devidamente embalada, é entregue ao público leitor com as constantes repetições, reafirmações de conteúdos, propagandas, ilusões, ideologias, tudo previamente formatado em suas linhas gerais. O chamado “martelamento da mídia” de que nos fala Bourdieu (2000). O conteúdo, muitas vezes, é apenas um mote, mera fachada que se aproveita para a divulgação – “a venda” – de idéias, ideologias, produtos e serviços. Adorno e Horkheimer (2002:33), tratando da indústria cultural, afirmaram: “O pretense conteúdo é só uma pálida fachada: aquilo que se imprime é a sucessão automática de operações reguladas”. Formatada em linguagem pretensamente “objetiva”, a narrativa jornalística já nasce, então, acorrentada a conteúdos e significações que lhe são previamente impregnados sob a roupagem de “técnicas do discurso”, que nada mais fazem do que controlar a própria narrativa, sua estrutura e originalidade, evitando todo e qualquer risco. O risco de errar, de cometer atos falhos, isto a empresa capitalista não quer, mesmo porque o erro implica em prejuízo.

Em se tratando da revista *Veja*, por exemplo, os erros podem implicar num constrangimento ainda maior. Mesmo estando sutilmente sob a forma invisível do controle do seu proprietário, pois é ele quem decide o que é ou não publicado. Suas opiniões e seus interesses constituem os contornos da “liberdade de imprensa”. Contudo, enquanto produção social a revista *Veja* através do seu discurso jornalístico – consoma em formadora de opinião e de conteúdo ideológico. Porque se trata de um espaço especificável,

ou seja, faz parte das operações de distinção comum tanto ao enunciador quanto ao enunciado e leitor, a quem se destina à notícia (texto). Por fazerem parte de um mesmo sistema estrutural acoplado ao meio em que estão inseridos, o jornalista (observador, enunciador e autor, dentre outras possibilidades de nomes) e o leitor, no caso do semanário citado, tecem um “diálogo” possível apenas por compartilham do mesmo sistema de signos e sentidos. As retóricas discursivas que se postulam imparciais, neutras, objetivas e universais no jornalismo não são verdadeiras, ao contrário abrangem uma vasta gama de parcialidade e subjetividade. Ao discorrer sobre as narrativas noticiosas quer seja de um jornal ou revista o que se vê certamente são elementos dissonantes e complexos. Complexidade é a qualidade do que é complexo. O termo complexo vem do latim *complexus*, que significa o que abrange muitos elementos ou várias partes. Complexo é o próprio fazer jornalístico que é feito por um conjunto de circunstâncias interdependentes, ou seja, trata-se da congregação de elementos que são membros e partícipes do todo. A própria notícia, produto jornalístico, realiza-se através de vozes polifônicas oriundas da pauta pré-determinada e pelo próprio olhar do jornalista e de sua interpretação, das vozes terceirizadas dos entrevistados, das aspas que invadem o espaço do texto, dando a impressão de distanciamento e neutralidade entre o jornalista e o texto, quando na verdade constitui uma interpretação da interpretação ou reinterpretação do fato noticiado. Mesmo porque os jornalistas tendem a considerar como fatos a maior parte das informações concedidas pelas fontes oficiais, então o que se vê é de certa forma uma repetição da história oficial, da versão oficial dos fatos, ou seja, a repetição do discurso daqueles que detém o poder. Por dizer que se utiliza da objetividade como método, o jornalismo atrai para si o princípio de legitimação de sua autoridade para descrever e interpretar o mundo.

Ao pretender separar fato de opinião, este valida consensualmente o ideal de transcrição da realidade. Obviamente isso se dá apenas no campo do pensamento e não da prática, pois tudo que é apresentado tem um signo de valor, ou seja, está sob a inscrição de processos de apreensão especificados. Ao isentar-se da ação opinativa e interpretativa, o jornalismo adquire credibilidade junto aos leitores, as fontes e o social, contudo esta credibilidade é posta em questão, pois o que se percebe nas construções das notícias, por exemplo, é o resultado de um processo de seleção, interpretação, apreensão do real que mesclados aos interesses econômicos e mercadológicos consumam um produto notadamente interpretado e não puramente objetivo e isento de opinião.

2.3. As vozes das fontes

As fontes constituem material indispensável na construção das narrativas noticiosas ou notícias, é a partir delas, se estas têm credibilidade, que o jornalista construirá seu texto. A conquista dessa credibilidade é conferida com o decorrer do tempo. É nas fontes oficiais, a das autoridades, que o jornalista tem a sua maior credibilidade. Muitas vezes ele chega à estreitar laços de dependência, o que segundo Nelson Traquina (1988: 35), gera uma interdependência, que pode significar um perigo, pois o contato pessoal com determinadas fontes implica numa certa fuga de informações. Segundo Nilson Lage (2003: 49), “poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta. A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público. É o que se chama de *fonte*”. Hoje, com as facilidades geradas pela Internet, muitas entrevistas e matérias são concebidas sem a presença do repórter ao local, as fontes encaminham por *e-mail* o “material desejado”. Portanto, o que o jornalista tem em mãos são retalhos de enunciados e discursos, onde cabe a ele selecionar e filtrar segundo técnicas jornalísticas, o que vai ou não ser inserido na notícia. O que implica certamente numa construção contextualizada de uma informação já interpretada. Pode-se dizer que a notícia já nasce interpretada e que tudo é interpretação. Atualmente, as fontes são os próprios jornalistas que ocupam as assessorias de imprensa e produzem o chamado *press release*. Além de contribuírem como o texto, este tipo de fonte direciona de certa forma a matéria jornalística. Longe de constituir-se apenas no modelo maquínico de comunicação proposto por Shanon e Weaver, onde o emissor transmite a mensagem através de um código para o receptor, a notícia consoma-se como um processo que envolve percepção e interpretação. Ao fazer uso de uma informação, por exemplo, o jornalista não o faz pelo simples ato de transmitir uma mensagem, mas faz principalmente pelo impacto que esta possa causar. Mais uma vez é o fator subjetivo que está em pauta, aliás, a própria pauta é o resultado de um operar subjetivo que envolve no mínimo três ações pessoais: seleção, interpretação e construção (ancorados num contexto). Ao construir a narrativa noticiosa ou matéria jornalística, o jornalista torna-se ele mesmo intérprete do fato ou das falas que estão presentes nas fontes por ele consultadas. A fonte, sem dúvida, incita a primeira representação através de um signo, sentido ou até mesmo de uma palavra que será levada adiante. Sob essa perspectiva, as fontes também constroem o texto juntamente com o jornalista que o escreve. Nesse intrincado jogo, cada contexto e cada memória é sutilmente inserido nessa cadeia de informação presente no texto noticioso. Nesta cadeia interpretativa, onde a realidade corresponde mais a um estado particular de existência. É de pedaços que se compõe a

narrativa noticiosa, onde cada pedaço deste processo subjetivo que aportam numa retórica institucionaliza que é o jornalismo. Como acrescenta Schudson (1986: 31), “os processos de produção de notícias estão vinculados à questões de representantes de uma burocracia apanhando notícias pré-fabricadas de representantes de outra burocracia”. Em se tratando das fontes oficiais, vale ressaltar que o grau de credibilidade, aceitação e cordialidade por parte do jornalista ficam evidentes. No caso de *Veja*, na matéria em destaque, utiliza o DETRAN, o IBOPE e outras fontes oficiais para dá ao leitor um sentido de verdade, pois mostra números e fatos “comprovados” para dar suporte ao seu discurso pretense verdadeiro. As fontes oficiais podem falsear a realidade, ao manipular dados e utilizar estratégias que lhes assegurem preservar interesses políticos, para beneficiar grupos dominantes ou colaborar com interesses outros. As fontes oficiosas por outro lado, resguardadas quanto ao anonimato e sigilo de origem de fonte, facilitam os “balões de ensaio”, ao veicularem boatos, objetivando algum fim escuso. Em sua natureza, as fontes sejam oficiais ou não, cooperam para as “verdades” que são disseminadas nas narrativas noticiosas. Quer sejam as fontes primárias ou secundárias, presentes na figuras de testemunhas ou *experts*, de um jornalista-assessor e demais fontes, elas validam o trabalho do repórter, dando-lhe a credibilidade de isenção pessoal desta construção perante aos leitores. Esta ilusão de isenção, de objetividade faz do fazer jornalístico algo complexo, pois ao mesmo tempo em que este alimenta o desejo de objetividade ele se faz de recortes subjetivos presente na pluralidade de vozes por ele consultadas.

3. Notícia e Acontecimento

Vivenciamos um momento em nossa sociedade onde se irrompem acentuadamente eventos simultâneos que são captados e transformados pela mídia em acontecimentos. Eventos que, por força de noticiabilidade, explodem na superfície da mídia sobre a qual se inscrevem como uma membrana sensível. Mas põem em ressonância os sentidos que nela são inscritos”. (MOUILLAUD, 2002: 50). Ao se inserir no contexto social e se constituir como o relato da realidade atual está a notícia dando conta da verdade e do real? Para entender o que é notícia e de forma ela se configura, partimos para algumas definições do que seja notícia. Bem como o que se convencionou chamar de notícia e acontecimento, os mecanismos de construção do próprio acontecimento e suas implicações sociais. Bem como mostrar os acontecimentos-

segundos, aqueles que surgem a partir de determinados acontecimentos, ou simplesmente os meta-acontecimentos. Neste capítulo pretende-se mostrar que na produção de um acontecimento pela notícia veiculada pela mídia, no caso a revista *Veja*, ocorre uma série de mediações, construções e interesses, trabalhados através de critérios nos quais estão inseridos a produção das notícias. Temos na própria notícia, o tecido pelo qual percebemos estas construções, e deixamos o fato falar, através de seu próprio discurso que não o veiculado pela revista.

No senso comum, *notícia* é quaisquer informações novas, atuais. Na tradição jornalística, notícia seria “o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e, este, de seu aspecto mais importante”. (LAGE, 1982:36) ou, mais sinteticamente, como aparece no Manual de Redação do Jornal Folha de S. Paulo, notícia seria o “puro registro dos fatos, sem opinião”. (MANUAL DE REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO, 2001: 88).

Pode-se conceber a notícia como sendo, segundo ALSINA (1996: 16), “a narração de um fato ou a re-escritura de outra narração, enquanto o acontecimento é a percepção do fato em si”. Como o jornalismo trabalha com construções narrativas, seria impossível a estas narrativas dar conta do real em sentido puro, pois se trata acima de tudo, de uma costura de falas e fatos que se concebem sob formas direcionadas na qual se pretende ser a realidade. As narrativas jornalísticas apresentam-se, elas mesmas, como um acontecimento, onde os fatos adquirem importância não apenas através de seu grau de relevância social, mas pelas facilidades operativas, ao nível da narrativa jornalística e de consumo que oferecem. É, sobretudo nesse tecido deslizante que o jornalismo opera suas inferências, ele se afirma isento de opinião, parcialidade e neutralidade, mas, no entanto apresenta-se como o intérprete de vozes sociais, além de se tornar o referente sobre os acontecimentos, dando aos sujeitos o sentido de “verdade” destes. Sabe-se que o jornalista cumpre um papel socialmente institucionalizado que o legitima a levar a cabo uma determinada atividade, isso lhe dá o “poder” de imprimir nas narrativas uma construção de um mundo de falas e observação pessoal a partir da enunciação de um mundo de referências utilizadas por ele para captar e reportar o “real”. Portanto, o real, nesse sentido não corresponde ao relato fiel de um fato que tem na “verdade” seu sustentáculo, mas numa ordenação de relatos segundo enquadramentos que se manifestam sob a forma de notícias. Como afirma Gonzaga Motta: “Como narrativa, as notícias orientam, são culturais, não naturais. Elas constroem totalidades significativas a partir de acontecimentos dispersos” (MOTTA, 2002: 317). Ao se perceber que a notícia é, na verdade, narrativa entende-se que elas não

refletem a realidade, mas faz uma referência à mesma ao representá-la em seus enunciados discursivos. Como assegura Traquina (1993: 168), “Os jornalistas não são simplesmente observadores passivos, mas participantes activos no processo de construção de realidade. E as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento”.

Dessa forma, na elaboração das notícias estão presentes além do universo particular do jornalista que observa, suas experiências e o fragmento que a sua visão permite perceber, o contexto imediato em que esse jornalista está inserido – a organização para o qual ele trabalha e que representação social da realidade que ele quer produzir. Portanto, é da natureza da notícia tentar organizar através de suas estruturas lógicas e por meio da linguagem, esses eventos que ocorrem simultaneamente em nossa sociedade e que o indivíduo não é capaz de abarcar. É nessa instância que se processa a “cordial” relação entre a notícia e o leitor, a notícia dá ao leitor a sensação de onipresença e de co-participador do fato e o leitor ratifica a hegemonia da notícia como sendo a produtora de “verdade”, consumindo-a.

Como diz Mouillaud (2002:42), “dizer “o que ocorreu” obriga selecionar certos dados e ligá-los, entre si, para formar um fio, então “algo ocorreu”. Esta seleção implica muitas vezes numa desconstrução de dados para uma construção de um fluxo de informação que tece em suas narrativas sentidos que são intensificados pelos outros veículos. Ao se publicar uma notícia, instaura-se automaticamente uma rede de sentidos que se instituem sob uma lógica e uma cronologia. A notícia está “hospedada” sob uma determinação lógica, temporal e espacial, onde se insere constantemente através de ininterruptas transformações.

Matéria primordial para a produção de notícias, o acontecimento, como diz Mouillaud (2002: 51), “é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema da informação, o conceito do fato”. Quanto menos previsível e provável sua realização se constituir o fato, maior a probabilidade de este fato vir a tornar-se um acontecimento. Fica entendido que o acontecimento opera na ordem da probabilidade, isto é, o fato só adquire potência de acontecimento se este estiver na escala de imprevisibilidade. Para pensarmos um pouco à cerca do que a imprevisibilidade e probabilidade significam no fazer jornalístico, remeta-se o momento em que os aviões invadiram as torres gêmeas do *World Trade Center*, nos Estados Unidos, no dia 11 de setembro de 2001, a notícia foi construída o tempo inteiro sob a lógica da probabilidade, da

suposição e dedução, porque não se tinha ali nenhuma previsibilidade do fato ou alguma fonte que pudesse testificar sobre o ocorrido. Quem acompanhava as notícias quer pela Internet ou pela televisão assistiu às imagens antecederem o texto. Tanto o repórter quanto o jornalista que apresentava o fato estavam com o mesmo grau de informação. E, é neste momento que se vê operar uma série de interpretações que pretendem dar conta do que de fato tenha ocorrido. Dessa forma, o “acontecimento jornalístico irrompe sem nexos aparentes nem causa conhecida e, é por isso, notável, digno de ser registrado na memória” (RODRIGUES, op.cit: 28).

Para que as notícias tenham credibilidade, se faz necessário um pacto implícito entre o jornalista e o leitor. Esse pacto consolida-se todos os dias quando o leitor compartilha dessa ilusão repetindo as “verdades” dessa leitura como seu próprio oráculo. Mas o que faz um acontecimento ganhar *status* de notícia? Exatamente o acontecimento que foge da normalidade, do habitual e do esperado. Mas para que seja consolidada como tal passa pelos meandros da produção jornalística revestindo-se de enunciados discursivos e “transcende” como o relato de um fato, quando na verdade é a versão do fato. Relato porque, o fato em si serve apenas como material para a construção discursiva de um texto cujo enfoque depende de fatores outros com os quais trabalha a empresa jornalística. Nisso, há de se agregar os requisitos que são exigidos do acontecimento para que ele adquira existência pública de notícia. A citar os valores-notícia, como frisa Mauro Wolf, citado por MOTTA (2002: 309), que constituem atributos de um fato noticiável e operacionalizam as práticas profissionais nas redações, sugerindo o que deve ser escolhido, omitido, realçado. Enfim, obedece a uma lógica de produção jornalística que culmina numa negociação do que vai ou não ser noticiado. “A escolha dos termos, a ordem de apresentação, a seleção dos fatos pressupõe inevitavelmente a existência de juízos de valor. Tudo isto, portanto, recria o real e se transforma num novo real” (MOTTA, 2002: 316).

Enquanto a notícia emerge como o produto final no processo de elaboração do “relato” do fato, o acontecimento se amontoa aos demais “materiais” que serão utilizados ou não nesse processo. Como diz Eliseu Veron, citado por Mouillaud, “os acontecimentos são o objeto de uma construção”. Construção essa processada a partir de uma produção de enunciados, cujo enunciador esconde-se por detrás do véu da retórica da neutralidade, imparcialidade e objetividade que permeiam o discurso jornalístico. Portanto, o acontecimento surge então como algo orientado, da ordem do “construído” e não do natural como se postula. Sendo assim, como frisa Maurice Mouillaud, o acontecimento é aquilo que se define como

acontecimento; ele não é mais descritivo e, sim reflexivo. Sendo reflexivo, funciona como um enquadramento sobre a realidade e não a realidade propriamente dita. A realidade, desse modo, está sendo apenas o cenário onde ocorre o acontecimento.

Para ilustrar um pouco, convém lembrar de um fato amplamente noticiado não apenas pela televisão, mas também pelos jornais e revistas de circulação nacional, o caso da deputada petista que foi flagrada pelas lentes e câmeras do senado e de outras emissoras dançando em sessão de votação no plenário da Câmara Federal. No caso, a revista *Veja* (29 de março de 2006), mídia escolhida para a análise deste fato, trouxe como capa e manchete: *Moral Torta* (O governo do PT perde a bússola; Ética e senso do ridículo, dentre outras). A própria revista construiu sentidos através de seus conteúdos discursivos, ao imprimir através de sua linguagem o título “A dança da impunidade”, estaria não apenas relatando um fato, mas construindo outros fatos e outros sentidos. Mesmo porque estes fatos não constituem aí o relato do acontecimento em si, mas ao que lhe convencionou reportá-lo, re-escreverá-lo e, ou ainda de colocar em evidência na moldura do “real”. O que se percebe é que este acontecimento incluiu em si um certo rumor social, tornando a mídia em destaque, partidária do mesmo. Ao se tornar partidária deste acontecimento está a revista (mídia) acrescentando limites por seu próprio discurso. Portanto, sendo ela mesma responsável pelo enfoque e enquadramento cuja extensão constitui a própria realidade.

Segundo Raquel Paiva e Muniz Sodré (2005: 97), “o acontecimento é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema de informação, o conceito de facto. É uma modalidade de tratamento do real do facto, portanto, é uma construção ou uma produção de realidade”. Sendo assim, o acontecimento não é o que se diz ser: o fato ocorrido; mas um referente onde se postula uma série de procedimentos que darão conta de transformá-lo em realidade. Convém lembrar sempre que o acontecimento é de grande importância para que as narrativas jornalísticas sejam tecidas com credibilidade, pois sem eles, as narrativas seriam apenas ficcionais e, tudo que o discurso jornalístico não quer ser é ficcional, mas o seu contrário, se institui como sendo o porta-voz dos fatos e da realidade. E, ele não deixa de ser o relato de uma realidade, só que de uma realidade construída, orquestrada, trabalhada e tecida nos mais rigorosos padrões de produção e consumo comercial. E de que real trata a notícia? Se ela trabalha com construções, sejam discursivas e ou de conteúdo, ela está operando no sentido de produção de realidade, portanto de certa forma é ficcional.

“Pois a realidade é apenas um conceito, ou um princípio, e por realidade quero dizer todo o sistema de valores conectado com este princípio. O Real enquanto tal implica uma origem, um fim, um passado e um futuro, uma cadeia de causa e efeitos, uma continuidade e uma racionalidade. Não há real, sem estes elementos, sem uma configuração objetiva do discurso. E seu desaparecimento é o deslocamento de toda essa constelação”. (BAUDRILLARD, 2001: 69). O real na linguagem humana, para Baudrillard, é elucidativo, pois é a nossa linguagem comum que tenta por meios discursivos, inscrever a realidade num sentido. Assim sendo, o que seria o real de que tenta se apoderar a narrativa noticiosa? Seria uma necessidade mesmo que fantasiosa de apropriação do processo de comunicação que faz o indivíduo sentir-se onipresente dos acontecimentos que passam ao largo da sua ambiência e identificados ao mesmo tempo?

Em “A ilusão Vital”, Jean Baudrillard (2001) afirma que atualmente o desaparecimento do real se dá exatamente pelo excesso de realidade e não pela sua ausência. Este excesso, segundo ele, provoca o fim da realidade, assim como o excesso de informação põe fim na comunicação. É interessante perceber que parece um paradoxo, mas a realidade é criada e simulada a si mesmo o tempo todo, nos dando a sensação de que estamos diante de um enigma a ser decifrado. Portanto, por este prisma complexo, a realidade existe numa certa virtualidade, onde o fator tempo-espaco adquirem outra conotação que não a existente.

O acontecimento faz parte de um conjunto restrito de ocorrências, pertencentes a um vasto universo de fatos, onde irrompe sem nexos aparentes, sem causa conhecida, no fato notável e digno de memória. E quando digno de memória, torna-se notícia, pois se situa distante na escala das probabilidades de ocorrência, sendo o mais imprevisível possível. Quanto menos provável sua realização, maior a chance de tornar-se uma notícia. A notícia está sempre calcada no acontecimento mais inusitado.

Segundo Lage, “a notícia adquire conteúdo e forma, expressão e movimento, significado e dinâmica para fixar ou perenizar um acontecimento, ou para torná-lo acessível a qualquer pessoa” (1990: 35). É da natureza da notícia, publicar segundo seus critérios, aquilo que interessa, ou seja, as informações são submetidas a um crivo de seleção, tratamento e coordenação para só então se tornarem notícias para consumo do público. Consumo, talvez seja a palavra que melhor defina o critério de seleção de uma informação que possa vir a ser uma notícia. Antes da descoberta da escrita, as informações se multiplicavam graças à atividade oral, os fatos passavam a ser histórias contadas pelos povos, sem um autor definido, isso implicava a não responsabilidade pela informação no caso de uma mentira. Após o

advento da escrita e da criação da imprensa, que passou a ser uma fonte legitimada de informação e de poder, couberam aos jornais e demais veículos difundir “essas histórias”, ou seja, as informações noticiáveis ao maior número de pessoas possível. É importante perceber que a notícia, enquanto fruto de uma produção narrativa, é feito em conformidade com os padrões de cognição, de interpretação, de apresentação, de seleção, de ênfase e de exclusão, através dos quais os jornalistas organizam habitualmente o discurso. Esses padrões são chamados de enquadramentos. Eles permitem aos jornalistas processar, rápida e rotineiramente grandes quantidades de informação. Nesse sentido, por motivos simplesmente organizacionais, os enquadramentos são inevitáveis, isto é, não há como escapar ao processo subjetivo da escolha.

Como enfatiza Muniz Sodré (1996), “a realidade social dos indivíduos no mundo contemporâneo é construída por fatos noticiosos, ou seja, de acontecimentos jornalisticamente interpretados e, portanto, transvalorizados” por um sistema logotécnico”. Sendo assim é notório o lugar de intermediador que ocupa a mídia no campo de construção de sentidos sociais. Este lugar de certo modo privilegiado, faz com que a mídia se aproprie de valores outros para impor sua própria ideologia e garantir o consumo de seu produtos, as notícias. Pode parecer um aspecto apenas mercadológico, e o é, num certo sentido, pois ela vende não apenas notícias, mas todos os demais produtos nelas embutidos. Além de formatar idéias, fabricar imagens de personagens políticos, dissemina valores. É aí que reside a dupla e perigosa ação desta enquanto “sujeito” da história.

3.1. Os critérios de produção da notícia

Como diz Sodré (1996), “a notícia atende à retórica organizadora da singularidade factual do cotidiano, consagrada pela lógica comercial de um grupo logotécnico denominado empresa jornalística” (SODRÉ: 1996: 135). Sendo assim, fica evidente que a notícia é um produto e, como tal está sujeitas às regras de produção. É neste processo de produção que a notícia, enquanto relato factual se contradiz, pois elas são o que são porque a estrutura a que está subordinada deseja que seja. A seleção, a produção e a organização das notícias são frutos de um processo subjetivo, no qual emergem vários elementos que o codificam para transformá-las em produto. Os vários filtros inerentes ao próprio fazer jornalístico já

encerra a idéia de que a notícia se dá através da transmissão objetiva dos fatos. Os fatos são devidamente maquiados, passam por um sistema de filtragem como o do copidesque, por exemplo. Esses filtros interferem diretamente no produto final, pois da edição ao formato, a notícia sofrerá critérios subjetivos de escolha como o do tamanho, que obedece a regra de espaço concedido àquela editoria, o tamanho do título, pois o título forte chama a atenção, a sua colocação na página, posicionada ao alto, por exemplo, atrai mais a atenção e principalmente qual o título que acompanhará a reportagem. Todos esses filtros são utilizados e muitos outros a fim de dá a notícia um tratamento jornalístico. Portanto, no jornalismo, a notícia constitui uma narrativa que pode conter a verdade e a realidade, mas não a verdade e a realidade em si, pois se trata de uma versão dos fatos, um olhar, um recorte que percorre os mais subjetivos processos.

Uma outra questão que evidencia como as informações noticiáveis são frutos de uma filtragem, é a seleção das fontes. Assim como as informações, as fontes também são selecionadas, questionadas e processadas segundo técnicas jornalísticas. Há uma relação de dependência e poder entre as fontes e o jornalista. Uma luta: de um lado os jornalistas tentam administrara as fontes e de outro as fontes tentam administrara as notícias. A famosa troca de interesses, os jornalistas precisam produzir notícias e as fontes precisam de uma publicidade ampla e legítima. Legítima porque, a imprensa tem constituído o poder de enunciador de “verdade”. E, em se tratando das fontes oficiais, o discurso de poder mostra-se acirrado, pois estas desempenham um papel bastante significativo na construção do noticiário. Está nas fontes oficiais o poder de transformar uma idéia ou uma imagem, segundo seu próprios interesses, e na imprensa o de repeti-las como sendo inquestionáveis.

No processo de criação das notícias percebe-se que a autoridade jornalística pode ser entendida como um conjunto de estratégias utilizadas pelos jornalistas para se firmarem como porta-vozes legítimos e confiáveis dos eventos do “mundo real”. Uma espécie de tradutores da realidade. Mas que realidade? A realidade fruto das construções sócio-culturais a que se atém o fazer jornalístico?

Um outro fator que faz das produções noticiosas um lugar legitimado de autoridade para descrever e interpretar o mundo é exatamente o discurso da objetividade jornalística. Ao se separar o fato da opinião, o *novo jornalismo*, ou *new journalism*, como repetem os manuais de redação jornalística, trouxe para si um poder legitimado de transcrição da realidade. O que na prática não é verdadeiro, pois esta objetividade só existe com retórica e não como prática constante. Pode-se evidenciar que esta objetividade constitui

uma falácia discursiva, ao se enveredar pelos caminhos da produção de uma notícia, que vão desde o processo subjetivo da escolha das fontes aos enquadramentos que irão compor a matéria. A verdade “sustentada” por aspas e pelas vozes terceirizadas das fontes mostra que a notícia é tudo, menos um relato objetivo de um acontecimento ou fato.

Um outro fator importante a ser realçado é o da legitimidade e poder que tem a fotografia e a imagem televisiva quanto ao item credibilidade. É como se a imagem ali apresentada não sofresse nenhuma intervenção humana. Ledo engano, pois o fato captado é sempre fruto de uma interpretação e de uma escolha. A fotografia constitui-se na verdade, uma representação “achatada, construída”, enquanto produto acabado, em uma palavra domesticada. Ao optar por este ou aquele ângulo, por exemplo, o jornalista (repórter) faz segundo uma escala de interesses e seleção, portanto ele faz segundo um processo de interpretação.

3.2. O meta-acontecimento

O meta-acontecimento é algo que não é regido pelas regras de ordem natural, explícitas, mas pelas regras do universo simbólico, como salienta Traquina, articulando as instâncias enunciativas do sujeito (repórter) e do objeto (o fato), os agentes e os receptores. Ora, o sujeito é *a priori* um ser constituído por faculdades simbólicas, assim como a linguagem de que faz uso. Ele passa a reconhecer nas informações que lê apenas o que ele já tem registrado em seus dispositivos de apreensão especificados. Portanto, o meta-acontecimento é construído a partir de sua imaginação criadora. Para Humberto Maturana (2001), o nosso próprio viver está penetrado por um sentido que surge das diferentes conversações das quais participamos”, ou seja, as nossas ações são geradas a partir de nosso universo perceptivo.

O meta-acontecimento jornalístico é gerado quase sempre pelo próprio discurso jornalístico, que ao publicar uma notícia, cria ao mesmo tempo acontecimentos segundos, este que irrompem nas formas e referências do acontecimento narrado. Não obstante, vê-se que o meta-acontecimento reacontece pelo fato de ser enunciado. Um exemplo é o caso da notícia publicada na *Veja* sobre a “dança da deputada do PT” que o Jornal Nacional, da Rede Globo, transmitiu e atribuiu sentidos outros, ou seja, produziu outros enunciados como “a dança da pizza”, a “dança da impunidade” e outros mais. O que se frisa aqui é que

neste enunciado, houve um ponto de vista particular, o do enunciador, impregnado de dimensões avaliativas, prescritivas e valorativas, onde não há, segundo Motta (2002: 316), objetividade possível. O ato de “dançar” em sessão plenária de votação de cassação de membros políticos captada em direto pelas objetivas das máquinas *mediáticas* irrompem num meta-acontecimento, pois como diz Rodrigues (2002) “tem no próprio dispositivo da informação a fonte e a urgência”. Sob este prisma, os acontecimentos tornam-se referências que definem os meta-acontecimentos. Segundo Rodrigues (2002: 11), “O excesso, a falha, a inversão são apenas registros-pretexto, formas referenciais simuladoras das figuras discursivas que definem os meta-acontecimentos. Estas continuam a dar-se como factos, mas a sua emergência é toda ela inscrita na ordem do discurso, na ordem da visibilidade simbólica da representação cênica. São fatos discursivos e como tais, associam valores ilocutórios e valores perlocutórios, na medida em que acontecem ao serem enunciados e pelo fato de serem enunciados” .

Como ao jornalismo é dada a legitimação discursiva de “poder dizer”, ele o faz fazendo uso das regras do universo simbólico e da enunciação. Não o faz por simples querer, mas o faz porque faz uso das técnicas das instâncias discursivas. E ao invés de explodirem como os acontecimentos comuns, eles implodem. É da sua lógica implodirem, pois são acontecimentos discursivos e não referenciais apenas.

Assim como o discurso está subordinado aos valores inerentes à credibilidade, clareza, objetividade, etc., esses valores também estão subordinados ao discurso, no qual constitui um jogo auto-reflexivo e integram o mundo da enunciação e são desta inseparável.

O meta-acontecimento é um acontecimento discursivo. Ele emana dos enunciados discursivos e de suas atualizações, operando em vários regimes enunciativos encadeando-se entre si. É nos dispositivos midiáticos da informação que os discursos se instituem num lugar unitário da palavra na qual é possível se traçar uma multiplicidade de outros discursos do presente. O presente aí, enquanto sistema organizacional do tempo, serve de pano de fundo para a propagação de enunciados. Segundo RODRIGUES, citado por MOTTA, “ao relatar o acontecimento, a mídia produz ao mesmo tempo um novo acontecimento que vem integrar o mundo. Os meta-acontecimentos discursivos pressupõem um ponto de vista particular, o do enunciador, impregnado de dimensões avaliativas, prescritivas e valorativas. Sob esse prisma, os acontecimentos tornam-se apenas registros-pretextos, formas e referenciais que definem os meta-acontecimentos,

Os enunciados propagados pelos discursos midiáticos tentam organizar a experiência e conferir racionalidade. É uma espécie de organização do caos do presente. Situando o sujeito num espaço, tempo, e dando-lhe de forma acabada o todo em que o sujeito está inserido. É nessa instância de organizadora da racionalidade que a mídia vem cada vez mais se constituindo um poder que funciona como uma rede de mecanismos a que nada nem ninguém escapa. Como ela provém de procedimentos regulados, a mídia, através de seu discurso da “verdade” produz e faz circular enunciados onde ela própria se isenta da responsabilidade que lhe confere: a de sancionar o que é verdadeiro e o que é falso. Ao escolher, ela o faz porque tem poder para decidir o que é verdadeiro e o que não é, portanto, o poder e a verdade estão imbricados, um não existe sem o outro e vice-versa. Embora é sabido perceber que a verdade existente nesse contexto seja a verdade enquanto enunciado discursivo. Contudo, por mais que os discursos jornalísticos tentem dar conta da “verdade”, a verdade irá mostrar-se cada vez mais multifacetada, pois esta como tal é o resultado de fragmentos discursivos e enunciados por vozes polifônicas que contém cada uma suas próprias verdades e não a verdade como se postula o jornalismo.

3.3. Com a palavra: O fato – Entrevista com a deputada Ângela Guadagnin, deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo.

Entrevista para a complementação da análise do discurso da revista Veja no dia 29 de Março de 2006, edição 1949, ano 39, nº 12. (A análise versa sobre a construção da “verdade” e realidade pela notícia jornalística).

Maria José Marques: - A revista Veja do dia 29 de março de 2006, mostra fotos e texto em que a senhora aparece dançando numa sessão plenária. A revista enfoca o fato com a seguinte inscrição: “*a dança da impunidade*” (VEJA, 29/03/2006: 60-61). Sabendo que o poder de interpretação da imprensa tem peso sobre a formação de opinião dos leitores e telespectadores, como a senhora vê a atitude da imprensa na publicação deste fato que invadiu o espaço das matérias jornalísticas?

Ângela Guadagnin: Não sou jornalista, por isso não quero avaliar do ponto de vista da lógica do profissional de mídia (relevância, direito à informação, credibilidade, a "mercadoria" notícia, o comportamento de "manada" dos jornalistas, o interesse político dos jornalistas e dos donos dos veículos

de comunicação etc.). Mas, quando o noticiário esmorecer, uma análise cuidadosa e distanciada do papel da mídia na chamada “crise do Mensalão” precisa ser feita. Quero destacar apenas que, desde já, é evidente que no Brasil, pelo menos desde o impeachment do Collor, a mídia transformou-se em um agente político com ações independentes, sem nenhum controle da sociedade. Sua ação produz efeitos políticos mais rapidamente e mais devastadores que os partidos. Ela tem o poder de destruir pessoas, criar certezas, condenar e absolver como se fosse um tribunal independente. Aí reside um dos desafios para a democracia brasileira e para a própria credibilidade da mídia. O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos sintetizou o que penso ao afirmar que a democracia estará efetivamente consolidada no Brasil quando o que a imprensa quiser for irrelevante para a estabilidade do governo. Em uma sociedade democrática e republicana ideal, uma das funções da mídia poderia cumprir seria a de informar o cidadão para auxiliá-lo a formar opinião sobre a “coisa pública”, ou seja, sobre o que de fato é do interesse coletivo. Mas, o que acontece é que ela age como se fosse um “quarto poder” tentando influenciar a opinião do cidadão para defender interesses de grupos e partidos políticos ou simplesmente causar escândalo para vender a mercadoria “informação” e ganhar dinheiro.

MJM: O fato em destaque versa sobre a ética na política. Para você o que constitui a ética?

Ângela Guadagnin: Se você define ética como "o conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade" [Dicionário Houaiss], tenho claro que minha atitude não foi antiética. Conheço João Magno desde 1993, quando foi prefeito de Ipatinga (MG), na mesma época em que fui prefeita de São José dos Campos. É uma pessoa com quem convivo na bancada federal do PT há dois mandatos. Reconheço que ele cometeu um erro ao prestar contas à Justiça Eleitoral fora do prazo de um recurso que ele acreditava ter recebido de seu partido. Pelo seu erro, propus no Conselho de Ética que ele tivesse seu mandato suspenso por um determinado período, proposta que foi derrotada pela maioria dos conselheiros, restando apenas no Plenário a cassação (que representaria uma grande injustiça pelo seu ato, o equivalente a pena de morte para um político) ou a absolvição (que considero que acabou sendo um mal menor no seu caso). Acompanhei o seu sofrimento por ser acusado de corrupto, quando sei que não o é. Sei que ele sofreu muito com esse processo e a humilhação a que foi submetido. Como interpreto o que aconteceu: foi uma manifestação de alegria pela absolvição de um amigo e companheiro de partido à uma hora da madrugada, em um Plenário esvaziado, que naquele

momento nem foi notado pelos deputados presentes, tanto que nenhum deles fez qualquer comentário. Infelizmente, o presidente já havia encerrado a sessão, mas não havia se levantado da cadeira. Por isso, o sinal da TV Câmara não havia ainda sido cortado. Mais alguns segundos e a "dança da pizza" não teria existido, como preconizado pela mídia. Como todo ser humano posso errar, mas tenho minha consciência tranqüila: moro na mesma casa há 30 anos; tudo que construí na minha vida material foi com meu trabalho de médica e agora com o salário de parlamentar; nunca me apropriei de um centavo do dinheiro público de forma irregular ou em proveito próprio; todas minhas ações como médica, prefeita e, agora, como deputada federal, foram pensando no bem comum e na defesa de ideais e valores que acredito; se não for reeleita, quando acabar meu mandato voltarei a trabalhar como médica para garantir minha sobrevivência e de minha família, como fiz quando deixei de ser prefeita em 1997. A filósofa Marilena Chauí tem feito a distinção entre ética na política (isto é, a presença, na política, de virtudes e vícios dos indivíduos) e ética 'da' política. Para ela, a ética da política depende da qualidade das instituições públicas. Por isso, a corrupção, o corporativismo, o nepotismo e outras deformações das instituições brasileiras teriam raízes no processo de formação e evolução do Estado brasileiro. Na minha opinião é preciso que se realizem mudanças profundas no Brasil para que tenhamos uma ética da política condizente com um Estado democrático e republicano. O governo Lula tem incentivado o controle social do Estado, aumentado a transparência da gestão e procurado reformar as instituições públicas. Mas isso não é fácil, porque depende de maioria no Legislativo, que o governo não tem; do Poder Judiciário, que tem o poder de travar muitas mudanças; das organizações empresariais, sociais e a mídia, que têm seus próprios interesses, que muitas vezes podem divergir do interesse público etc. A oposição e setores conservadores da elite brasileira estão jogando tudo o que podem para impedir a continuação desse processo, inclusive apelando para golpes baixos e criando um clima de denunciismo inconseqüente e explorando a fragilidade ética das instituições públicas brasileiras, como se a corrupção e problemas estruturais que vêm de longa data no Brasil tivessem começado com o governo do PT.

MJM: Você acredita que houve intencionalidade e motivação na forma como foi construída a notícia? Qual o seu parecer sobre o seu ato de dançar no local citado?

Ângela Guadagnin: Para mim, essa intencionalidade é evidente. Provavelmente, começou com o Jornal "O Estado de São Paulo" que, ao que me parece, foi o primeiro a dar manchete de capa e a interpretar o

“fato” como “dança da pizza”. Depois de construída, a notícia se espalhou pelo comportamento de “manada” da mídia e devido à força da comunicação instantânea da *Internet*, sendo apropriada politicamente pela oposição e por cidadãos (justamente indignados, diga-se de passagem). Poderia ter sido feito outra interpretação como, por exemplo, de que não houve dança. Apenas fiquei feliz com a absolvição de um companheiro de partido e amigo. Foi um evento irrelevante e que não teria nenhuma importância em outro contexto. Após a aprovação do relatório da CPI dos Correios, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) foi carregado por deputados opositores como capitão de time de futebol que acaba de vencer um campeonato e nem por isso foi acusado de quebra de decoro. A "dança" foi uma criação de parte da mídia e da oposição, que se aproveitaram da situação para criar um factóide para desgastar o PT e o governo Lula. Como disse o ministro Tarso Genro: “nenhuma das duas tem gravidade, são manifestações espontâneas de alegria, mas que, em última análise, tem significados políticos e foram tratadas de forma desigual”, como se a minha fosse o “mal” e a outra o “bem”. Quem conhece minha história sabe que o combate à corrupção e a defesa da ética sempre pautaram minha vida.

MJM: As construções discursivas presentes na notícia trazem como foco a falta de ética e os conflitos da moralidade. Mesmo sabendo que estas questões são pertinentes ao campo interpretativo, como você avalia a posição da revista em relação aos fatos relacionados ao Mensalão e aos políticos do Partido dos Trabalhadores em ênfase?

Ângela Guadagnin: É sabido que os grupos brasileiros e estrangeiros controladores da Veja, entre eles, o Grupo Cisneros [opositor de Chávez na Venezuela] têm vínculos com o PSDB e interesse de que o presidente Lula não seja reeleito nas eleições de outubro. Isso, talvez, explique a posição da revista em relação ao PT e ao governo Lula. Em entrevista ao *site* da Agência Carta Maior, em 14 de junho, o jornalista Franklin Martins fez uma avaliação sobre a atuação da mídia, que considero correta: “A imprensa foi longe demais e ninguém foi mais do que a “Veja”. Publicaram coisas gravíssimas sem qualquer prova, como os casos dos dólares de Cuba ou das contas externas de membros do governo. Depois sentaram em cima do assunto, como se não fosse com eles. A “Veja” pagará o preço pela perda de credibilidade”.

MJM: A revista imprimiu um sentido sobre o seu ato de dançar, onde diz: “*O cinismo diante dos descabros políticos ganhou sua imagem exemplar da semana passada, com a grotesca dançinha com que a deputada Ângela Guadagnin comemorou a não-cassação do seu colega mensaleiro João Magno*”(VEJA, 29/03/2006: 61). A partir de tal inscrição, a notícia passa a atribuir uma significação à sua atitude. O que você diz sobre isto? Como você explicaria para os leitores, se tivesse oportunidade de responder na mesma revista, o que de fato significou o seu ato? Houve alguma resposta sua à cerca deste fato em algum órgão da imprensa? Em qual mídia, e quando?

Ângela Guadagnin: A minha manifestação não tem um único sentido. O sentido foi dado pela apropriação que cada um fez dela, seja contra ou a favor, induzido pela mídia ou não. O sentido que dou a ela é de que foi apenas o de uma manifestação de alegria pela absolvição de um colega e amigo. Só isso e nada mais. Tenho consciência de que a interpretação dada pela mídia chocou muita gente. A essas pessoas que se sentiram legitimamente indignadas, já pedi desculpas.

Para finalizar, quero aqui deixar uma mensagem a você, que está se formando jornalista, aos seus colegas leitores de seu trabalho que, no futuro, terão o poder de influenciar para o bem e para o mal, a vida de milhares, talvez, milhões de pessoas, com sua atuação nos órgãos de mídia: A experiência de 30 anos de vida pública mostrou-me que é preciso responsabilidade individual e social. Quem tem poder, deve ser cuidadoso em utilizá-lo. É só ver o caso da Escola Base, em que a irresponsabilidade de um delegado e de parte da mídia levou a uma reação emocional da população que destruiu a vida de vários inocentes acusados injustamente de pedofilia.

(Entrevista concedida via e-mail, no dia 23 de junho de 2006).

O documento a seguir versa sobre a defesa administrativa de Ângela Guadagnin, deputada federal pelo PT do Estado de São Paulo à corregedoria da República sobre o tema discutido acima:

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

I. Requerimento preliminar.

1. Tendo em vista que as notificações referentes aos processos n.ºs. 108.170/2006, 108.668/2006 e 109.239/2006 se referem aos mesmos fatos, apresento nesta peça a minha DEFESA ADMINISTRATIVA em relação a todos eles e, também, requero que sejam reunidos, para apreciação conjunta.

II. Acusações.

2. O processo nº. 108.170/2006, instaurado ex officio pelo Presidente da Câmara dos Deputados, possui por objetivo o exame do meu comportamento em plenário, em vista de fatos ocorridos na sessão iniciada às 20h10min do dia 22 de março do corrente ano e que tiveram grande repercussão na imprensa. Nele não se formulou propriamente qualquer acusação ou se requereu aplicação de pena disciplinar.

3. O processo nº. 108.668/2006 origina-se de representação apresentada pelo Deputado Jair Messias Bolsonaro, em razão dos mesmos fatos, na qual se diz que “[a] representada se pôs a dançar, entre as cadeiras reservadas aos parlamentares, externando seu contentamento pela absolvição de seu companheiro do Partido dos Trabalhadores”, entendendo que se tratava de “gesto claro e inequívoco de desdém com a população brasileira que, em virtude da transmissão ao vivo pela TV Câmara, acompanhava o escárnio praticado pela Representada, com sua atitude incompatível com o sentimento nacional de repúdio ao comprometimento dos políticos brasileiros em escândalos de compra de votos e financiamentos espúrios de gastos em campanhas eleitorais”. Como prova, anexou gravação, em formato magnético, das imagens da sessão daquele dia.

Entendeu, assim, “evidenciado a incidência dos incisos I e II, do art. 5º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados”, pelo que solicitou “o devido encaminhamento para as providências regulamentares atinentes ao caso”.

Em outras palavras, a representação entende que foram praticados os seguintes tipos infracionais disciplinares:

“Art. 5º.

I – perturbar a ordem das sessões da Câmara ou das reuniões de comissão;

II – praticar atos que infrinjam as regras da boa conduta nas dependências da Casa;”

Observe-se que a capitulação no inciso I do art. 5º não se justifica, uma vez que a ordem da sessão não foi prejudicada, havendo, sem tumulto, o cumprimento de sua pausa.

De qualquer forma, caso procedente a representação do Deputado Jair Bolsonaro, poderá haver a aplicação da pena de censura verbal, nos termos do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, que prescreve:

“Art. 11. A censura verbal será aplicada, pelo Presidente da Câmara, em sessão, ou de comissão, durante suas reuniões, ao deputado que incidir nas condutas descritas nos incisos I e II do art. 5º.”

4. O processo nº. 109.239/2006 foi instaurado por força de representação apresentada pelo Partido Popular Socialista (PPS), motivada pelos mesmos fatos. Nela se diz que *“a representada, sentada à esquerda do plenário, ao lado da também petista Deputada Maria do Carmo, levantou-se e começou a sambar em comemoração pelo resultado”*, entendendo que tal gesto seria para *“zombar do povo brasileiro e dos duzentos e um deputados que votaram pela cassação”*. Argumenta que, *“como em jogos de futebol, a comemoração que ultrapassa os limites do regozijo para agredir ou diminuir o adversário é punível”*, para concluir que: *“[a]nte a conduta descrita, é certa a infringência dos incisos II e III do art. 5º do Código de Ética e Decoro Parlamentar, uma vez que a Deputada demonstrou escárnio contra aqueles que se posicionaram contra o seu entendimento, ou seja, num claro desrespeito à opinião dos demais parlamentares, onde se inclui este Partido.”*

Dessa forma, a representação do PPS entende que teriam sido cometidos os seguintes tipos infracionais disciplinares:

“Art. 5º.

I -

II – praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;

III – praticar ofensas físicas ou morais nas dependências da Câmara ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou comissão, ou os respectivos Presidentes;”

5. Observe-se que um dos tipos infracionais disciplinares mencionados (art. 5º, II) implica na pena de censura verbal, a ser aplicada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, como visto na análise da representação anterior, e, o outro (art. 5º, III), implica em advertência escrita, de alçada da Mesa da Câmara dos Deputados, tendo em vista o teor do art. 12, parte inicial, do Código de Ética e Disciplina da Câmara dos Deputados: “*Art. 12. A censura escrita será aplicada pela Mesa, por provocação do ofendido, nos casos de incidência na conduta do inciso III do art. 5º (...)*”.

Também de se reparar que a aplicação da censura escrita depende da provocação do ofendido, pelo que a representação afirma que a minha conduta teria sido “... *claro desrespeito à opinião dos demais parlamentares, onde se inclui este Partido*”. Observe-se que a representação menciona “*desrespeito*”, mas não chega a dizer, claramente, “*ofensa*”.

Porém, de qualquer forma, em face do pleito que realiza, a representação parece partir do pressuposto, completamente infundado, como se verá a seguir nessa peça, de que a minha conduta seria ofensiva e, além disso, ainda exige que se entenda que o partido político possa ser substituto processual do efetivamente “*ofendido*”, quais sejam, no entendimento da própria representação, “*dos demais parlamentares*”.

Ora sabido que, no direito sancionador, seja o penal, seja o disciplinar, inadmitido que, quando a lei prevê que a instauração do procedimento depende de representação do ofendido, seja este substituído por terceiro. Com isso, por vício jurídico, há que se ter a representação limitada ao tipo infracional disciplinar do inciso II do art. 5º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Equiparam-se, assim, as representações, em requererem a aplicação da pena de censura verbal.

III. Advertência.

6. Antes de tudo, esclareço que não posso ser punida mediante procedimento disciplinar em razão de minhas opiniões políticas, ou de atos e votos que, nos termos dessas opiniões, tenha praticado no âmbito do exercício de meu mandato parlamentar.

7. Como sabido, a mídia adotou a postura de que todos os “envolvidos”, e não há clareza sobre o que abrange tal termo, no chamado “escândalo do mensalão” devem ser, pura e simplesmente, punidos com as penas de cassação do mandato parlamentar e inelegibilidade por oito anos. É um discurso da “única verdade”, do desrespeito aos direitos humanos, pois sequer se preocupa se existem mesmo provas de que o deputado que compõe uma “lista” tenha ou não cometido algum ilícito. Tal discurso autoritário é tão ostensivo que, inclusive, nem se peja de utilizar de expressões fascistas, como o de que é necessária “uma limpeza”, ou de que as instituições – ou a sociedade? – precisam de “uma faxina”.

8. Eu, por minhas crenças políticas e religiosas, nunca concordei com isso. Sempre defendi que cada ser humano deve ter a sua conduta avaliada, ter assegurado o seu direito de defesa, que, verificado ilícito, seja aplicada a pena proporcional ao delito. Sou contra o uso de generalizações e rótulos, como o de “mensaleiros”, que apenas buscam esconder o ser humano e a sua especificidade.

Por minhas crenças e opiniões sofri terrivelmente. Para estes autoritários, aqueles que se preocupam com os direitos humanos são “cúmplices da impunidade” e, por isso, também devem ser punidos. Porém, mesmo com toda essa pressão, me mantive coerente com as minhas crenças e convicções, e, no Conselho de Ética, avaliei cada processo, cada defesa, com muito cuidado. Apesar de criticada por fazer atrasar processos, pedi vista sempre que entendi necessário conhecer melhor a situação sob julgamento.

9. Ora, no âmbito da Câmara dos Deputados possuo todo o direito de externar minhas opiniões e convicções. Inclusive porque a Constituição afirma que, dentre outros, é fundamento da República o pluralismo político (art. 1º, V), e não haverá tal pluralismo com a imposição da “verdade única”, ou a perseguição daqueles que, como eu, agem rigorosamente de acordo com seus valores da preservação da dignidade da pessoa humana que, aliás, também é fundamento da República brasileira (art. 1º, III).

10. Importante esta ressalva, porque, sem dúvida, se está misturando as coisas e, por meio dos presentes procedimentos, objetiva-se punir-me não pela conduta, estrita e limitada, ocorrida na madrugada do dia 23 de março, mas por minhas opiniões e votos.

Isso é bem demonstrado pela matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 24 de março, em que ao lado da notícia acerca dos eventos aqui examinados, e com destaque, publica matéria intitulada “Deputada é incansável defensora dos acusados no Conselho de Ética”, em que são criticadas as minhas opiniões e votos naquele Conselho. A matéria citada acompanha a provocação ex officio do Presidente da Câmara (proc. nº. 108.170/2006).

No mesmo sentido, e de forma lamentável, é o consignado na representação do Partido Popular Socialista (PPS), que critica essas mesmas opiniões e votos. Veja-se:

“Lembremos o histórico da representada cuja atuação foi significativa na defesa do ex-Deputado José Dirceu quando formulou duro voto em separado contra o parecer proposto pelo Conselho de Ética, na tentativa de tumultuar os trabalhos. A deputada chegou a dizer que o relatório “omitiu informações importantíssimas, tomou como verdade acusações irresponsáveis” e cobrou provas que mostrassem quebra de decoro. Ângela tachou de “risível” trecho do parecer do relator e de “escárnio” outra parte”.

Observe-se que, ao que parece, procura o PPS até mesmo a vingança em razão das minhas opiniões e votos, ,que são legítimos e devem ser protegidos numa ordem democrática plural. Insinua-se que quer tachar de “escárnio” o meu comportamento, em retaliação por eu ter utilizado a mesma expressão, para, no âmbito do Conselho de Ética, expressar as minhas convicções.

11. Em razão de todas essas circunstâncias, considero essencial que haja o máximo cuidado na apuração dos fatos mencionados nos processos a que se refere essa defesa, a fim de que seja verificada somente a minha conduta, no plenário da Câmara dos Deputados, na sessão iniciada às 20h10min do dia 22 de março, salvaguardando-se da apreciação as minhas posições políticas, que não podem ser sindicadas disciplinarmente, sob pena de violação de princípios que informam o Estado Democrático de Direito.

IV. Análise dos fatos.

12. Do ponto de vista objetivo não há controvérsia sobre os fatos, que são os registrados pela filmagem acostada nos autos nº. 108.668/206, e que tiveram grande repercussão na imprensa, conforme demonstram as cópias de matérias jornalísticas dos autos nº. 108.170/2006.

O que se debate é, apenas, o elemento subjetivo da conduta.

13. Segundo o Deputado Jair Bolsonaro, a conduta externou “*contentamento pela absolvição de seu companheiro do Partido dos Trabalhadores*”, o que teria sido “*gesto claro e inequívoco de desdém com a população brasileira que, em virtude da transmissão ao vivo pela TV CÂMARA, acompanhava o escárnio praticado pela Representada, com sua atitude incompatível com o sentimento nacional de repúdio ao comprometimento dos políticos brasileiros em escândalos...*”.

Observe-se que a acusação de ter agido com desdém ou escárnio não se sustenta, porque depende em se admitir que há um “sentimento nacional”, ou seja, “único”, que teria sido contrariado por mim, ao externar “contentamento pela absolvição”.

Acolher-se esse ponto da representação, portanto, seria entender que devo ser punida porque possuo opinião diferente de um certo “sentimento nacional”, eufemismo para denominar a opinião de uma parcela da sociedade, e possuir tal opinião diferente é meu direito, tendo em vista a proteção que a Constituição outorga ao pluralismo político.

14. Segundo o PPS, a representada “*levantou-se e caminhou, sambando, de braços erguidos para zombar do povo brasileiro e dos duzentos e um deputados que votaram pela cassação*”; ou seja “[a] comemoração da Deputada (...) mais pareceu um recado àqueles que votaram favoravelmente ao parecer do Conselho de Ética do que apoio ao colega de partido, o que, ironicamente, afetou até mesmo aqueles deputados a quem ela não quis ofender (...)”, conclui que minha conduta “*mostrou escárnio contra aqueles que se posicionaram contra o seu entendimento, ou seja, num claro desrespeito à opinião dos demais parlamentares*”.

O elemento subjetivo do tipo infracional deve ser revelado de forma clara, evidente e sem qualquer dúvida, a partir da própria conduta. Caso a mesma conduta possua interpretações diferentes, não é possível de afirmar que a sua intenção seria esta ou aquela, devendo sempre se interpretar que a ação foi conforme o Direito, em vista do princípio in dubio pro reu.

Ora, da análise da conduta, o que se observa que foi comemoração, espontânea e silenciosa, em plenário quase vazio. Somente adquiriu a repercussão que teve por conta de que a imagem foi captada

e repetida ad nauseam pela imprensa, tendo sido apropriada para o objetivo de impor a sua “verdade única” ou de acusar os membros do Legislativo de serem coniventes com a impunidade, porque absolveram quem ela, a mídia, já havia condenado inapelavelmente. Não fosse a imprensa, os demais deputados sequer teriam tomado conhecimento do meu gesto.

Tanto que não foi ofensiva a minha conduta, que, naquele momento, nenhum deputado manifestou o seu descontentamento ou repúdio ao isolado ato praticado, que durou apenas vinte segundos.

Com isso, pela própria conduta, e suas circunstâncias, não há como se entender que minha intenção fosse ofensiva ou de escárnio. Tratou-se de mera e silenciosa comemoração, em altas horas, com o plenário da Câmara dos Deputados praticamente vazio.

15. Acrescento, ainda em relação, ao elemento subjetivo da conduta, que conheci de perto o processo contra o Deputado João Magno. E minha convicção é de que não cabia a rigorosa pena de cassação, apesar dos fatos merecerem punição. Por isso, inclusive, propus a pena de suspensão do mandato. Fui vencida Conselho de Ética, que decidiu recomendar a cassação. Com isso, na sessão iniciada às 20h10min do dia 22 de março estava em jogo ou a absolvição ou a cassação do mandato, e conseqüente inelegibilidade por oito anos.

Grande era o drama que vivi naquele momento, por ter acompanhado cada etapa daquele processo, e os sofrimentos que causaram, conhecendo de perto a extrema injustiça que seria a cassação do mandato do Deputado João Magno. Eu estava no auge de meu estresse, em razão das pressões que vinha sofrendo em virtude de minhas posições no Conselho de Ética. Quando anunciado que o injusto da cassação havia sido afastado, espontaneamente, como disse, comemorei, externando alegria, de forma silenciosa, em um plenário praticamente vazio.

Evidente que não houve nenhuma intenção de ofender ou menosprezar. Apenas de externar, com espontaneidade, a minha alegria. É crime ser sincera com seus sentimentos? Ou as imposições e “marcartismo” da mídia até nisso hoje interferem?

16. Sei que o Plenário Ulysses Guimarães não é o local mais adequado para comemorações, apesar de tantas que ali acontecem, especialmente após as votações mais renhidas. Poderia

inclusive citar muitas situações semelhantes à averiguada nestes autos, que tiveram repercussão muito inferior. Mas acredito que não seja isso necessário, pois são fatos conhecidos e notórios, e que devem ser sopesados por V.Exa., para se avaliar se eu incorri mesmo em excesso punível ou se tratou de fato irrelevante, mera expressão de sentimentos, insignificante se não fosse a repercussão que a ele emprestou a imprensa.

Doutro lado, ainda escudada em minhas convicções políticas e religiosas, pedi perdão àqueles que tenham se sentido ofendido com a conduta. Evidente, assim, que não houve, em meu gesto, nenhuma intenção ofensiva ou de escárnio. Apenas a alegria de comemorar o resultado de uma votação.

VI. Conclusão.

17. Eu, pelos fatos narrados nestes autos, já fui punida.

Punida pela mídia, sem direito a defesa ou apelação, com a exposição maciça de vinte segundos de minha vida, que parecem ter substituído, todo o resto, no qual sempre defendi a democracia, a ética, os direitos humanos, os interesses populares e a Justiça Social, particularmente os últimos vinte anos, em que tive intensa vida pública, exercendo os mandatos de Prefeita de minha cidade e de deputada federal.

Eis a minha defesa.

Aguardo a prudente análise dos fatos e a decisão mais adequada em relação aos processos n.ºs. 108.170/2006, 108.668/2006 e 109.239/2006.

Brasília, 4 de abril de 2006.

Angela Moraes Guadagnin

Deputada Federal

4. O discurso e a linguagem: esteira por onde rola a construção de sentidos

Neste capítulo, tenta-se através de uma análise de discurso não no sentido restrito do termo, mas de uma forma mais sutil de se fazer uma leitura sobre a formação discursiva e o lugar da construção do sentido presente no objeto em ênfase. Assim como tentar evidenciar a forma como a construção de sentidos se dá, operados a partir de uma leitura semiológica, em que a semiótica fornece os elementos indispensáveis para as constatações pertinentes. O uso de signo, significados e significantes, bem como a instância do enunciado, do repetível ou do interdiscurso são também verificados e contextualizados. Num primeiro momento, vamos destacar as pertinências do discurso, sua construção e sua ordem, bem como as suas implicações sobre o sentido que adquire e a importância da linguagem como aparato indispensável para a sustentação deste. Tomamos como exemplo o poder de enunciação e de construção de sentido, verdade, realidade da revista *Veja*. Trata-se aqui de fazer um estudo de caso de discurso da revista *Veja*, tendo como fio condutor, a questão dos signos, dos significados e significantes, assim como a própria complexidade do jornalismo como portador de objetividade e verdade. Também mostrar como o discurso faz parte de um processo de construção e que a narrativa noticiosa irrompe sobre eventos vistos sob um quadro de referência. Como diz Orlandi (2003), “Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa?”. Portanto, “A Análise de Discurso não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica”. Mariani salienta que a Análise de Discurso busca investigar e reinvestigar “as relações entre a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito”. E os sentidos são sempre produzidos e administrados. No jornalismo, há sem dúvida uma orientação prévia de sentidos que serão atribuídos aos conteúdos que ela produz, isso porque ele não trabalha com fatos gratuitos, mas com fatos significantes premeditados e inteligíveis ou com os atos falhos, como salienta ELHAJJI (2002). O discurso jornalístico está “assujeitado” ao interdiscurso (memória do dizer) de uma formação discursiva determinada. Como tal, já está elaborado, antes mesmo de ser escrito. O discurso já nasce com as representações simbólicas e ideológicas que irá reforçar, mesmo que de forma sutil e aparentemente nova, através do noticiário que, no dia-a-dia, pretensamente busca (ou ao qual se atribui) trazer os últimos acontecimentos da vida política, social, cultural, econômica e institucional de nossas sociedades e de suas gentes, atores, personagens, coadjuvantes etc. Este discurso

não ocorre fora do tempo. Pelo contrário, ele está inscrito em seu tempo, ancorado em um processo discursivo, portanto, histórico, em umas conjunturas determinadas, que demanda produção de sentidos para a sua consolidação, apagamento de dizeres e de lembranças, construção e disputa de identidades e de memórias. É um discurso que significa ou ressignifica, e que ocorre por dentro de mecanismos simbólicos e ideológicos nem sempre aparentes, ou, quase sempre, não perceptíveis. A objetividade “mítica” do discurso jornalístico vela propositalmente o conteúdo ou a matriz ideológica à qual ele “está subordinado”. Através da linguagem, os discursos no jornalismo se disseminam. É na linguagem que a realidade elaborada pode ser configurada. A linguagem é, por constituição, dialógica, como aponta Bakhtin (2004). Este diálogo se dá, em parte, porque identificação e reconhecimento. Foucault diz que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjugar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” . Através de seus formatos e aparatos tecnológicos, os discursos jornalísticos vão cada vez mais tomando lugar de ocultação e de diluição, silenciamento e de empobrecimento da realidade, a qual e sobre a qual pretende informar. No entanto, essa “linguagem jornalística”, pretensamente objetiva e imparcial, é na verdade objetiva apenas no modo de dizer tecnicamente, quando é na verdade parcial, pois parte da premissa seletiva dos fatos.

Como observa BOURDIEU (1998:78), quando assinala, em “Contrafogos”, que “é capital saber que uma parte enorme do que podemos dizer ou fazer será filtrado, isto é, muitas vezes aniquilado, por aquilo que os jornalistas dirão”. É o interdito, o jamais pronunciado, como salienta Foucault, que na verdade contém o que se acredita ser o real. Abordando não propriamente nem especificamente a linguagem jornalística, mas, em um sentido mais amplo, a função ou o papel da ideologia na produção de sentidos (função e/ou papel que o discurso jornalístico compreende e exercita), que: “Compreender o que é efeito de sentidos, em suma, é compreender a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos e dos sujeitos. É da relação regulada historicamente entre as muitas formações discursivas (com seus muitos sentidos possíveis que se limitam reciprocamente) que se constituem os diferentes efeitos de sentidos entre locutores. Sem esquecer que os próprios locutores (posições de sujeito) não são anteriores à constituição desses efeitos, mas se produzem com eles”. ORLANDI (2002: 21). Produtor de sentidos, o discurso jornalístico opera comprometido com os sentidos que se fazem necessários em uma conjuntura dada, determinados historicamente e os realiza ao noticiar os fatos do dia-a-dia, ao “informar” a sociedade. Esta

função a que se propõe a imprensa através do seu discurso – informar a sociedade – não é, portanto, isenta de críticas, conflitos de interesses e mesmo de manipulação. Há ainda os que desconfiam da qualidade da informação transmitida pelos jornais, como Bourdieu (2000), por exemplo. Para ele, há um “martelar da mídia” em seu papel/função de legitimar o “discurso dominante”.

4.1. Repetições discursivas e Interdiscurso

O discurso jornalístico, em uma visão pessimista, está muito mais inserido no “horizonte das expectativas” (Bourdieu, 2001), recontando o já-dito, redizendo a narrativa onde se alternam nomes e lugares para se contar sempre a mesma velha história. O discurso jornalístico não é apenas e tão somente “martelar” conceitos, simbolismos e “verdades” (Bourdieu, 2001). Há, bem mais do que isso, o interesse em “criar” realidades, disputar memórias, imaginários, dizeres, e que, servem para “planificar os horizontes simbólicos”, isto é, aplainar o campo para as significações e/ou ressignificações que se façam necessárias ou emergentes. Ao articular e difundir uma informação sobre um determinado tema ou assunto, a mídia se converte num grande território social comum, compartilhado em grande escala, planificando os horizontes simbólicos de seus (suas) leitores (as). Ao fazer isso, ela engendra um discurso que se pretende universal, acionando sentidos já cristalizados ou criando outros, inviabilizando posturas e posições diferenciadas das que comumente noticiam e se apóiam e, conseqüentemente, silenciando a proliferação de outros. Uma notícia que traga a questão da impunidade e da ética, neste momento de *CPIs* e campanha eleitoral, certamente realçará mais o olhar dos interesses que editam o discurso jornalístico, do que simplesmente um compromisso com a democratização da informação e da notícia. O discurso não apenas nutre-se de construções de sentido como necessita destas construções para efetivamente conseguir a sua enunciação eficaz. Os sentidos são muitos, mas há sempre uns que são direcionados, inteligíveis, marcados para assegurar sua posição ideológica. Já os interdiscursos, fornecem os objetos do discurso de que a enunciação se sustenta ao mesmo tempo em que organiza o ajuste enunciativo que constitui a formulação pelo sujeito. O interdiscurso ou a memória do dizer mostra aquilo que já está presente no imaginário e sobre o qual não é necessário produzir novos sentidos, pois o sentido já o é – implícito; nem confundiremos o silêncio que significa como falta da fala e que diz por ela, em silêncio, com o

silenciamento da censura, do que não deve ser dito, daquilo que deve ser silenciado. A reflexão sobre as vozes reverberadas no texto jornalístico traz-nos à discussão da alteridade na mídia e, antes disso, o papel da mídia na consolidação da ideologia dominante, em uma época dada de um período histórico determinado. A revista *Veja* é, como o discurso, dialógico e polifônico. E, sobretudo ao tratar de retratar a sociedade e, por conseguinte, suas diversidades. Mas vamos aqui sustentar que há uma “voz da empresa” que não está presente somente nos editoriais ou nos espaços de opinião institucional. Ela também aparece e reaparece, desliza, no enfoque das matérias, na cobertura de fatos e eventos e na própria “linguagem” que perpassa o conjunto das notícias de cada edição. A narrativa dos fatos é, geralmente, feita no enquadramento da linha editorial da revista que, por sua vez e a seu modo, traduz a “voz do dono”, a voz dos interesses que editam uma publicação. Há, uma estratégia ou um sistema de significação que opera no processo que se inicia na disposição das manchetes da capa e prossegue pelo interior da edição, alinhavando cada sentido produzido e produzindo um sentido mais amplo, geral e abrangente, cuja compreensão e/ou decodificação traduzirá os interesses que estão em jogo. Isto é, a cada edição há “mensagens”, interesses a serem ditos e que, geralmente, ficam já visíveis na capa da revista, como a inserção do objeto “bússola” e os signos expressos na inscrição do texto que o acompanha, por exemplo. Esta matriz geradora de sentidos já se faz presente na definição da “pauta” da revista, na seleção dos assuntos que serão reportados. Antes mesmo de “virar notícia”, o fato já é pré-selecionado. A sua abordagem é definida, formatada e, como nas entrevistas ao vivo pelas emissoras de rádio e televisão, muitas vezes são “combinados” com o entrevistado os papéis a serem assumidos. Muitas vezes as entrevistas são realizadas via correio eletrônico. São estreitos os espaços à espontaneidade e ao inesperado, até para que se evite “todo e qualquer risco”, como salienta Foucault (1996). Mais do que outros discursos, o texto jornalístico é polifônico, ele contém mais vozes do que qualquer outro. Contudo, a presença do “outro” no discurso jornalístico é, muitas vezes, menos como sujeito e muito mais como um objeto, “uma coisa” (reificação) – quase sempre de expiação, de “atração” pública ou de consumo. O discurso jornalístico, portanto, está inscrito de tal forma no meio social que termina sendo impossível não incorporar o meio e o ambiente social nas próprias entranhas do discurso. O aparecimento de outras vozes, a abertura de espaços para as diferenças, diversidades, discordâncias e polêmicas são, inclusive, a forma da revista se legitimar entre os leitores e o meio social em que atua. Daí seu caráter polifônico, discursar de vozes as mais variadas, que não apenas a “voz da empresa”. Mas vozes que, no trabalho de edição,

terminam confinadas a orquestrações de sentidos que interessam ao “dono da voz” difundir. O meio social “fala”, seja pelo caráter intrinsecamente dialógico do discurso (Bakhtin, 2004), seja pela “irrupção de acontecimentos” (Mariani, 1998), que são os novos eventos fora da pauta, seja ainda pela própria memória, através dos “lapsos”, “atos falhos”, apontados por Pêcheux, citado por Orlandi, ou pelo silêncio, pela lacuna, pela ausência que também fala e significa, pois o silêncio faz parte da linguagem e também significa, como nos diz Orlandi (2003). Servir ao poder constitui uma das metas do discurso jornalístico, que pretende através da linguagem utilizada nos seus formatos noticiosos contar o dia-a-dia da história”, segundo a lógica que interessa à reafirmação deste poder. Afinal, sob a alegação de estar informando, a revista *Veja* apresenta-se opinativa e interpretativa, construindo sentidos, produzindo histórias”. E também produzindo e disputando memória, o que nos remete à observação feita por Gondar (2003:32): “Todo poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido”. O discurso jornalístico é, portanto, lugar de (re)afirmação de hegemonias, versões, interpretações e de legitimação de discursos e compreensões. Mas é, também, lugar, sendo de memória, de disputas, de conflitos, contradições.

E o jornalista, quem é? Sendo um contemporâneo do acontecimento, o jornalista vive na extremidade do agora, do que acabou de acontecer ou na fronteira, à espreita do que vai acontecer em instantes, carregando, contudo, uma memória social, um conjunto de representações simbólicas, ideológicas e sociais que se interpenetram, se inter cruzam, constituindo uma subjetividade não necessariamente apaziguada e harmoniosa. È também um observador inserido em seu próprio contexto e a partir deste faz operações de distinção, ou seja, seleções. Se ao selecionar o que é novo, atual, para a construção de suas narrativas, o jornalista está sendo puramente objetivo, então onde está a subjetividade? Com características que o identificam e lhe conferem propriedades específicas, o discurso jornalístico é, ele mesmo, lugar de influências que se dão tanto em sua própria discursividade, através da absorção de termos da moda, “falas” de um cotidiano midiático, quanto também lugar que influenciam falas e discursos outros. O propagado “poder de síntese” desse discurso é, muitas vezes, bem mais um modo de ocultação de significados e significações do que de esclarecimentos ou de difusão das informações produzidas pela sociedade. Nele, discursos, sentidos podem estar ocultos ou mesmo silenciados, através de um processo de escolha, seleção e edição que vai nortear leitores segundo a visão seletiva dos interesses que estão por trás dos processos de edição. Na busca do *lead*, da notabilidade do evento jornalístico

presente na narrativa noticiosa, muitas vezes perde-se o principal, ou se o esconde ou se o escamoteia ou se o dilui. Mostrar o processo no qual a narrativa jornalística é produzida, controlada, administrada, matizada e reproduzida por formas e meios inscritos nesse processo mesmo de elaboração da notícia é desmistificá-la, destruí-la, reconstruí-la. É acima de tudo, expor ao público o processo de produção da notícia e em que instância está ancorada, ou seja, é de certa forma elaborar sua própria hermenêutica. Esta não é uma prerrogativa do discurso jornalístico. Desde o seu nascimento, o discurso jornalístico já vem embutido num processo de auto-significação, onde a notícia (produto), portanto, já vem matizada por interesses, olhares, vieses. Foucault (2002) compreendeu esse processo quando atentou para a formação dos discursos na sociedade, que controla, seleciona e organiza falas e dizeres. Contudo, mesmo sob formatações rígidas e pré-determinadas, esse discurso jornalístico não deixa de ser, ele próprio, registro de conflitos, como o próprio filósofo anotou. Conflitos, mas também resistências, rebeldias, contradições que estão presentes no meio social em que este discurso é produzido, reproduzido e divulgado, e que lhe perpassa como frases transversais que também podem ser lidas pelo público leitor. Foucault (2002) assinala que “a relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem ser separadas”. Ou seja, onde há poder há resistência; e são possíveis outras leituras de um mesmo discurso, ou dentro dele, através dele, ou mesmo fora dele, à medida que a omissão também significa. Como se faz este controle? Em “A ordem do discurso” Foucault (2002) lembra que não se pode dizer tudo e nem falar de tudo, em qualquer circunstância.

No discurso jornalístico esta constatação é por demais recorrente, sob diferentes justificativas, do alegado “poder de síntese” às opiniões dos empresários da mídia. Adorno e Horkheimer vinculam o discurso jornalístico e a mídia à indústria cultural, ao modo de “levar a notícia com o menor dano”. Podemos dizer, com Foucault (2002), que no texto jornalístico é forte a tendência à “soberania do significante”. O processo de produção da notícia é controlado de tal forma que busca, desde a elaboração da pauta à edição da notícia e sua diagramação na página, evitar dubiedades ou, às vezes, provocá-las. Predomina uma escrita onde o dito foucaultiano sobre a “soberania do significante” se sobrepõe. Em um jornal, portanto, repórteres e redatores são exigidos a escrever da forma mais direta possível, mais objetiva, evitando-se dizeres, polissemias, insistindo-se nas paráfrases, no dizer o mesmo uma outra vez, com uma outro jeito. É a chamada “objetividade” do texto jornalístico. Esta objetividade dá uma certa característica de “verdade” e de “realidade”, porque mascara o perceber do outro (o próprio jornalista),

contudo constrói-se mais um mito, porque tal pretensão é inalcançável. No discurso jornalístico, a informação já vem moldada e formatada de tal maneira a se adequar e fazer sentido no amplo jogo das significações, dos sentidos que dão sentido às relações do poder. Através de formas, meios e encadeamentos do “saber fazer jornalístico”, a futura narrativa se torna refém de significações previamente configuradas. Apesar desse controle da narrativa, a produção do discurso jornalístico é, ela mesma, lugar de disputas, de contradições, de resistências, por onde vazam informações de interesse da sociedade, que delas se beneficia. Muitas vezes está num verbo, numa matéria, a denúncia de um sistema político.

O discurso jornalístico é, portanto, fonte que espelha parte dos conflitos da sociedade, da contemporaneidade. Lugar de conflitos, de disputas, que muitas vezes transparecem no texto, na edição, outras vezes, não. Por maior controle da narrativa e do discurso, as resistências aparecem. A cada edição de um discurso jornalístico corresponde sempre, portanto, um processo de exclusão e escolha, de seleção e abandono, cujos parâmetros e orientações atenderão aos interesses em jogo nas relações de poder, estando o discurso a serviço do poder, seja quando o legitima ou mesmo quando o contesta. Muitas vezes o discurso contestador reafirma o próprio poder dominante que o quer (ou finge querer) calar. O discurso jornalístico como um lugar de representação social é constitutivo de significações, seja através de suas formas e técnicas de projeção, ele chama para si relações de força de seu próprio discurso. É da natureza do próprio discurso operar sobre a significação, porque todo falante e todo ouvinte ocupam um lugar na sociedade e isso faz parte da significação. Ao penetrar no universo da significação, o discurso automaticamente emerge na relação de sentido (intertextualidade): todo discurso, como diz Orlandi (1996:18), “nasce em outro (sua matéria-prima) e aponta para o outro (seu futuro discursivo). Por isso, na realidade, não se trata nunca de um discurso, mas de um *continuum*”. Como os discursos jornalísticos são inseridos nas narrativas noticiosas, estas provêm de processos discursivos sedimentados, instaurados na pluralidade de vozes que os retroalimentam.

Os discursos instaurados na linguagem jornalística não são produzidos ingenuamente, mas compõem estratégias que prevêm, situando-se no lugar do ouvinte a partir do seu próprio lugar de locutor. Esse mecanismo regula a possibilidade de respostas e dirige a argumentação: são as antecipações. São estas antecipações que fazem do discurso algo da ordem construtiva e ideológica e determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição de uma conjuntura dada. O sujeito falante no discurso não é

possuído como papel central, mas passa a integrá-lo no funcionamento de enunciados, de textos, cujas condições de possibilidades são sistematicamente articulados sobre formações ideológicas. No discurso jornalístico, essas formações ideológicas são inseridas nos conteúdos de suas reportagens e notícias de forma sutil e velada, pois a linha editorial mascara seu conteúdo ideológico através de seu discurso que se diz representante do conhecimento objetivo da realidade; é a retórica da objetividade jornalística que de fato mascara seu conteúdo mais substancial. Nas notícias, assim como em toda reportagem há sempre o recorte que passa da operação de segmentação para constituir-se texto. Neste, há uma preocupação com a relação das partes com o todo, em que se procura estabelecer através destes recortes unidades discursivas. Nessas unidades discursivas, percebe-se uma polissemia que remete a um conjunto mais amplo, o do da ideologia, porque estes recortes são feitos pela (e na) situação de interlocução. Na notícia da revista veja de 29 de março de 2006, intitulada: “4 Questões do dia-a dia sobre o que é certo ou errado”(58-59), em que contém a inscrição: “a dança da impunidade” (60), fica claro que a construção de sentidos embutidos no próprio discurso da notícia e sua reconfiguração estão presentes desde a própria construção do título da matéria. São da ordem da subjetividade e não da objetividade como apregoa a retórica jornalística. Os sentidos aí expostos mostram uma sedimentação de sentidos segundo as condições de produção da linguagem. Tanto no texto quanto na imagem (fotografia) da matéria supracitada, há configurado e dirigido um sentido primeiro, o ideológico, do veículo que o produziu, pois este dirige, alarga, ou restringe a compreensão do texto para um dado leitor de acordo com os seus próprios interesses. Segundo Milton Pinto, citado por ROCHA (2005: 28) tanto a ideologia quanto o poder fazem parte do mundo da linguagem. E, é na linguagem que este se faz e refaz. A linguagem não constitui uma realidade exemplar ou uma representação mental do mundo, muito menos a linguagem nos discursos midiáticos. Nem quando esta se dispõe a ser interativa, ela não é, pois estão direcionadas as construções e as respostas para esta interação. Tecendo-se um paralelo entre a Antigüidade e a Modernidade, podemos perceber que no campo das representações, por exemplo, a Grécia antiga “entrega” aos sofistas, que através do discurso e da retórica bem elaborada e persuasiva, o poder de fala, de sujeito, de enunciador. Ao difundir a opinião (*doxa*), estes emissores de opinião jogam com a contingência dos fatos, não pretendem com a técnica da palavra nada mais que a persuasão, para eles, a palavra constitui um instrumento de persuasão e não um meio de se chegar à verdade. De seus ensinamentos resulta reflexões sobre a linguagem e suas articulações. Se na Antigüidade o modo das representações de um discurso pode ser efetuado

persuasivamente, não havendo uma importância verídica, a modernidade utiliza-se da mesma técnica sofisticada para expor, induzir para um sentido ou sentidos, e conseqüentemente a sua opinião. Se os sofistas interessavam-se primordialmente pelo discurso, pela retórica e pelo convencimento através da persuasão, a notícia no jornalismo interessa-se sobremaneira mais com a forma de legitimação do fato que ela mesma produziu persuasivamente do que com a veracidade do mesmo. Mesmo porque a “verdade”, corresponde aí não ao que se entende por verdade, mas a algo que possa transportar o sentido desta e impor seu poder ao ser enunciada, ou seja, ela está mais ligada à lógica comercial do que com a informação em si. Um outro fator importante para se perceber no jornalismo, como diz Bourdieu (1997: 103), em relação ao grau de autonomia que possui um órgão de difusão se mede sem dúvida pela parcela de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado sob a forma de publicidade ou subvenção e também pelo grau de concentração dos anunciantes”. Isto se dá de forma tão espontânea no jornalismo que passa a cristalizar-se como um dos elementos indissociáveis na produção de uma notícia. As fontes oficiais pautam a imprensa, de acordo com as suas agendas programam, orientam o fazer jornalístico indicando-lhe que caminhos percorrer. Sendo assim, a imprensa repete de certa forma o discurso do poder vigente. É o mesmo que ocorre com a História que oriunda-se do poder vigente, ela conterá elementos da realidade, mas não conterá o real e a verdade em si. Para que o discurso no jornalismo abarque o sentido de verdade e independência, é necessário que ele próprio se desnude, se mostre por trás do interdito, do segredo, ou seja, que ele mesmo se auto interprete, que se auto analise e veja que essa vontade de abarcar o real e verdade como totalidade e universalidade é mera ilusão, pois está aquém de seu poder fazê-lo.

4.2. Estudo de Caso: O discurso de *Veja*, edição 1949, de 29 de Março de 2006.

Escolhemos *Veja* para essa análise por tratar-se do maior semanário brasileiro e um dos maiores do mundo, com tiragem superior a um milhão de exemplares. Além disso, o público consumidor da revista concentra-se na classe média, sendo em sua maioria formadores de opinião, o que aumenta a responsabilidade do discurso da revista. O período analisado compreende a edição 1949, de 29 de março de 2006. A escolha por este recorte deve-se ao fato de que, nele, o escândalo da “CPI do Mensalão” (Comissão Permanente de Inquérito) que apura as denúncias de corrupção sobre o pagamento ilegal de “mensalões” (aos parlamentares) ainda não estava concluído e, portanto, era objeto de debate público, o

que *Veja* se propõe a fazer. Uma segunda razão é que nesse período prenuncia-se o período eleitoral, e a revista *Veja* constitui neste momento um *locus* de construção de sentido através dos seus enunciados, assim como orienta para as futuras escolhas.

Considerando que os meios de comunicação utilizam essencialmente “um material comunicativo e expressivo” (GOMES, 1997:147) seja visual ou verbal, tem na linguagem um aparato substancial. Alguns estudos da linguagem apontam modelos metodológicos para as pesquisas em comunicação, dentre os quais, alguns acrescentaram aos estudos críticos, instrumentos indispensáveis na compreensão dos fenômenos comunicacionais. Os estudos da linguagem estão apoiados especialmente em trabalhos de Mikhail Bakhtin, Michel Foucault e Oswald Ducrot. O pensador russo esclarece como a ideologia se articula no nível da linguagem, através do uso de signos lingüísticos. Para ele, “um produto ideológico faz parte de uma realidade” num determinado contexto sócio-cultural, e se expressa por meio de um símbolo. O símbolo incorpora primeiro um valor original, seu caráter denotativo; mas em dada situação, ele pode incorporar um segundo valor, mais abstrato, ideológico, conotativo. Ele explica que “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo” e que “tudo que é ideológico é um signo”. Bakhtin (1995: 31) afirma que “a ideologia, portanto, só existe porque a linguagem se constitui de símbolos, e “sem signos não existe ideologia”. O uso de símbolos ideológicos num discurso jornalístico aumenta o grau de autoridade do codificador sobre o destinatário, cuja recepção dos conteúdos é facilitada ou automatizada pelos seus próprios símbolos, nele constituídos por sua interação social. Na construção: “*A dança da impunidade*” (VEJA: 2006: 60), fica evidente que símbolos e signos foram trabalhados de forma a incitar para a ironia, o descaso, o cinismo e o grotesco, como a própria revista afirma na mensagem. Bakhtin afirma que a compreensão ou assimilação dos valores ideológicos “é uma resposta a um signo por meio de signos”, estes constituintes da consciência individual. “A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social” (BAKHTIN, 1995:34). Foucault acrescenta a isso o fato de os discursos serem construídos socialmente. O discurso não apenas se constitui de símbolos, mas os símbolos são arranjados e organizados, segundo a perspectiva do poder de que se deseja apossar (FOUCAULT, 2002:7, 9), sendo a sexualidade e a política as áreas onde os discursos sofrem mais efeitos de acomodação e organização.

“O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2002: 10). Construído socialmente, portanto, o discurso não é algo que equivale à realidade, mas um produto da empresa ou do veículo que o fabrica, segundo as relações de força e mercado nas quais ela está inserida. Nesse caso, a ideologia, os interesses e os compromissos de quem comunica modulam, organizam e instrumentalizam o discurso. Sob esta perspectiva, Ducrot afirma que a língua não tem o caráter de simples código, não é constituída de significados restritos e homogêneos. Não é um instrumento de comunicação fechado. Se a língua for aceita como código fechado, se aceita a idéia de que os "os conteúdos expressos graças a ela são exprimidos de maneira explícita" e "assim, o que é dito no código é totalmente dito, ou não é dito de forma alguma" (DUCROT, 1977:13). A língua também comporta discursos implícitos e subentendidos. Em dadas circunstâncias, há fortes razões para falar certas coisas para as quais é "necessário ter à disposição modos implícitos de expressão, que permitam deixar entender sem acarretar a responsabilidade de ter dito" (DUCROT, 1977:14). Ducrot também sustenta, como Foucault, que o ato de falar não é livre nem gratuito. "Não é livre, no sentido em que certas condições devam ser satisfeitas para que se tenha o direito de falar. [...] Não é gratuito no sentido em que toda fala deve apresentar-se como motivada, como respondendo a certas necessidades ou visando a certos fins" (DUCROT, 1977:16). O discurso jornalístico é, sem dúvida, um dos menos livres e menos gratuitos, por ser produzido em instituições, na sua maioria, capitalistas e cercado de interesses políticos. Por isso, esse discurso se apresenta atravessado por motivações e necessidades que, tanto quanto possível, escondem-se em suas malhas simbólicas. Com base em Bakhtin, Brandão lembra que a língua "é o símbolo ideológico por excelência" e que "a linguagem não pode ser encarada como uma entidade abstrata, mas como um lugar em que a ideologia se manifesta concretamente" (BRANDÃO, 2002, 10-11). Aliás, é na linguagem e através desta que o sujeito se constrói.

A análise do discurso, como exercício crítico do pensamento reflexivo, aplica-se mais especificamente, portanto, a textos produzidos no quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação, nos quais se cristalizam conflitos históricos (MAINGUENEAU, 1998:68). Os textos de *Veja* na cobertura da "CPI do Mensalão", em especial a edição analisada, mostram que a questão ética e moral serve de pano de fundo para a construção discursiva da revista que tem nos recortes de suas fontes consultadas a disseminação de sua própria ideologia. Ao montar o *patchwork* das falas dos entrevistados,

a revista *Veja* está se isentando de sua opinião, ao mesmo tempo em que isso é impossível, pois ao escolher as opiniões a ser publicada, ela faz de acordo com a sua própria opinião e ideologia. Ao entrevistar um antropólogo e um religioso, por exemplo, *Veja* está ela mesma construindo na dimensão interpretativa a questão da ética para o fato em destaque. Através dos julgamentos e das metáforas inseridas no texto, como a metáfora entre o texto shakespeariano de Hamlet na figura do personagem *Marcelo que se defronta com um “algo de podre no reino da Dinamarca”* (VEJA, 2006:59) e o Brasil, que na matéria é colocado como vivendo um momento semelhante, fica evidente que não há isenção de opinião, na fala: *“O rei é um símbolo. Se ele virou alma penada, é sinal de que o país está doente”* (VEJA: 2006: 59), nesta inscrição, o enunciado do discurso mostra claramente sua posição política e ideológica à cerca do momento atual. Portanto, a retórica jornalística de que o jornalismo é imparcial, neutro e objetivo é infundado, pois o que se vê recorrentemente é a enunciação subjetiva, com forte valor interpretativo da realidade. A questão moral e ética é por si mesmo da ordem do subjetivo e complexo.

Uma matéria jornalística torna-se efetivamente o resultado de uma construção legitimada de um discurso onde se conjuga pelo menos quatro elementos indissociáveis: os seus próprios valores, objetivos, “códigos de pensamento e de comportamento, que entram - aceitos e contrastados -, com vários graus de consciência e clareza, na comunicação individual. Assim sendo, esta última “individualiza” um sistema supra-individual de significado, o qual constitui uma dimensão de discurso diferente da comunicação individual, mas que todavia com ela se funde”. (ECO, 2001: 413). Por esse prisma, esse sistema supra-individual de significados já foi pesquisado e incorporado no vasto e complexo universo de significados desenvolvidos e incorporados pelo sistema social que originou a comunicação. Portanto, para o leitor, cabe adicionar ao seu próprio universo de significados e signos, os significados que vêm embutidos e direcionados no conteúdo das informações que ele lê. Embora haja diferentes códigos de comunicação entre o destinatário e o remetente da mensagem, há sem dúvida um certo compartilhamento de contexto interno de sintagma, como frisa Umberto Eco (2001) e circunstância de comunicação, fazendo com que a polissemia seja esclarecida a partir dessa decodificação orientada. Um outro elemento importante na comunicação de uma mensagem é o referente. O sujeito necessita de um referencial apropriado, pois é no referente que a mensagem se constrói. É essa atividade concreta que se faz a leitura e a construção de sentidos. Ao abordar a questão moral na matéria apontando no título: *“quatro questões do dia-a-dia sobre o que é certo e o que é errado”* (VEJA; 2006: 59), está a mesma imergindo num universo de signos e

significados orientados ao mesmo tempo em que evoca outros, a fim de construir o sentido que ela mesma premissiou.

Na titulação da capa, por exemplo, “*Moral Torta*” e outros subtítulos: *O governo do PT perde a bússola; Palocciate: os crimes da operação de acobertamento*”(VEJA, 2006), há sem dúvida a construção efetiva de sentidos a partir do código denotativo, porém é no âmbito do código conotativo que esta se efetiva, visto que estas mensagens evocam sempre um segundo sentido. Como diz Eco (2001: 45): devo recorrer para decodificar o enunciado, a léxicos conotativos que abarquem o segundo sentido”, no caso de “*perder a bússola*”, por exemplo e “*moral torta*”, pode-se usar diferentes léxicos conotativos de acordo com as situações culturais e as posições ideológicas distintas. A matéria traz a foto da deputada Ângela Guadagnin do PT dançando, cuja legenda traz a expressão: (...) “*comemora a vitória da impunidade*” (VEJA, 2006: 60). Na própria legenda da foto há uma orientação de sentido, assim como na mensagem visual. Embora denote o ato de dançar, é para o campo conotativo que a mensagem é orientada automaticamente. O leitor é absorvido instantaneamente para o contexto ali acentuado. O fato de ter sido flagrada pelas lentes objetivas do repórter num ato que poderia ter tido outro sentido e não o que foi evocado pela mídia fica claro que a circunstância de comunicação pode orientar o leitor para as possíveis interpretações da realidade. Em meio aos escândalos políticos constantes amplamente divulgados pela mídia, em que cita-se o PT (Partido dos Trabalhadores) como o personagem central dessa estória, cabe a mídia tornar-se o lugar de significante da mensagem que se outorga da realidade.

“A presença do referente induz-me a identificar o léxico conotativo mais apto; a realidade orienta-me para os códigos adequados” (ECO, 2001: 44). As circunstâncias comunicacionais estão relacionadas diretamente com o universo de convenções culturais, portanto está no âmbito das realidades inesgotáveis.

Símbolos ideológicos

O uso de símbolos ideológicos e estereotipados na cobertura desse fato por parte de *Veja* evidencia um caráter partidarista e até proposital na construção dos sentidos dados aos atos dos atores políticos em destaque. A dança da deputada Ângela Guadagnin do PT, em *Veja*, é colocada como: “*a grotesca dançinha*” (29/03/2006, 60), sua atitude é colocada como cínica diante dos fatos políticos em destaque.

Esta matéria é seguida de um texto de dez páginas, onde se somam artigos, entrevistas e outros elementos estrategicamente montados a fim de dar conta da problemática que envolve a questão ética e da moralidade do Brasil. Os recortes freqüentes presentes no texto sejam através das falas dos entrevistados, quer seja no *ping-pong* das perguntas e respostas à cerca do que seja certo e errado utilizados como ferramentas para elucidar a verdade que a matéria quer imprimir fica notório que ela assim o faz porque consegue acessar os códigos que permitem que a mensagem seja consolidada na linguagem através do discurso.

Os sentidos implícitos ou não nos discursos da matéria citada são construídos em confrontos com as relações que são sócio-historicamente fundadas e permeadas pelas relações de poder com seus jogos imaginários onde o pano de fundo é a própria empresa jornalística. Ao abordar a “*ética cotidiana*” (VEJA, 2006: 61) e tecer um paralelo entre as denúncias de corrupção na política brasileira e as ações dos cidadãos comuns no dia-a-dia, leva o leitor a perceber no conjunto os elementos sógnicos que ele reconhece e, que, portanto compartilha. É talvez nessa atitude de “solidariedade” de códigos e signos entre o jornalista (emissor) e leitor (destinatário) que a revista *Veja* consolide seu poder ideológico.

Convém lembrar, que na matéria, o texto que associa a idéia de ética ou falta desta com os casos de corrupção traz à tona a própria contextualidade orientada, em que tem na política elementos referenciais de identificação. Na disposição do texto, nos infográficos, nas fotografias e no conteúdo da matéria, está *Veja* imprimindo através do discurso contido nos seus recortes a sua própria interpretação. Portanto, tudo é interpretação. No jornalismo, o texto que figura é sem dúvida, uma narrativa que agrega no mínimo o contexto de quem observou e escreveu (o jornalista), o do editor, o da empresa e das fontes consultadas. Ou seja, nessa mistura de falas o que prepondera é o subjetivo e não o realismo objetivo almejado pelo jornalismo enquanto referencial de difusão da verdade e realidade. O que se vê figurar é uma potência de vontade de objetividade no fazer jornalístico, mas não uma concretude desta no campo de ação. Na passagem: *Veja propõe quatro questões éticas do cotidiano e arrisca-se a dar as respostas*” (29/03/2006, 61), o jornalista assume o seu papel de observados subjetivo ao afirmar que se trata ali da emissão de opinião. Todo o conteúdo da matéria é da natureza opinativa, todavia é através das técnicas jornalísticas que dão às fontes entrevistadas o poder de fala, ou seja, as aspas servem aí para isentar o jornalista de pessoalidade, parcialidade e subjetividade, como se o fato de ocultar-se implique em ausência.

“(…) Mas *Ângela achou por bem festejar. Foi um retrato grotesco do cinismo da política*” (29/03/2006, 60), nesta passagem há não apenas um direcionamento e construção de sentido, assim como há também um julgamento subjetivo, próprio da ordem referencial que implica tradicionalmente, como assegura François Rastier⁴, as relações entre, por um lado, os signos, os conceitos e as coisas e, por outro, as frases, as proposições, e os “estados de coisas” a que estão sujeitos os modos de descrição do que se acredita ser a realidade.

A edição de 29 de março descreve minuciosamente a partir de um fato novo ou inusitado de a deputada do PT dançar em plenário (este fato funciona como o fio condutor para descortinar outros assuntos semelhantes que despertados levam para um outro fim), as ações de corrupção a que estão associados alguns membros do Partido dos Trabalhadores. A incidência semântica em torno da “dança da impunidade” ou “dança da pizza”, como ficou registrado no imaginário coletivo dos leitores evoca para as questões das relações contextuais, sem os quais seria impossível uma interação recíproca. Tanto nas metáforas utilizadas quanto nas falas dos entrevistados fica claro que a escolha do contexto foi decisiva e determinada por estratégias e táticas de produção e de interpretação comuns no universo da comunicação em que se insere o campo jornalístico. Através dessas estratégias o discurso se constrói de maneira a desvendar os mistérios da ética e os personagens políticos que as infringem no cenário nacional. Na metáfora em que figura o personagem *Marcelo da obra de Shakespeare* (p. 59), a revista não o faz por simples explicação da obra, mas porque em comparação ao contexto atual consegue lançar para os leitores elementos que o identifiquem, que sejam referenciais. Como acrescenta Rastier: “a explicação clássica “pela metáfora” não constitui realmente explicação, pois não descreve o fenômeno, mas antes classifica-o”(1998: 109).

Segundo Nilson Lage, “tanto em política quanto em esporte, cada acontecimento pressupõe algo exterior a ele e que lhe dá sentido: a situação política, a situação no campeonato e no *ranking*” (2003: 115). No título da coluna intitulada “*Contra o Conhecimento*”(p. 63), onde o texto fala da invasão do Movimento de Mulheres Camponesas – um braço do Movimento dos Sem Terra – ao Centro de Pesquisas da Companhia Aracruz, em Barra do Ribeiro (RS). “*Foi um atentado não só à propriedade, mas também ao conhecimento*” (p. 63). por exemplo, “nela, mais do que um evento singular, importa o estabelecimento

⁴ RASTIER, François. Complexidade Semântica e Contexto. 1998. p. 103.

do quadro de situação, isto é, a apreensão de um aspecto global de realidade que importa ou pressupõe prognóstico para o futuro” (LAGE, 2003: 116).

A revista traz ainda uma outra matéria intitulada “*O Palocccigate*” e a morte da ética (VEJA, 2006: 50), nesta matéria em que traz o ministro Antonio Palocci, como personagem da narrativa, (digo personagem porque refiro-me à notícia como sendo uma narrativa e como tal tem os seus personagens), envolto em denúncias de corrupção. A notícia antecipa a saída do ministro para o dia seguinte e afirma: “*o ministro Antonio Palocci começou a perder aceleradamente as condições – políticas, éticas, administrativas – de manter-se no cargo de ministro da Fazenda do Brasil*” (p. 50), este conteúdo indexado ao domínio <política> induz para o domínio impunidade regrada pelo princípio de assimilação contextual. Essa matéria é seguida de um texto em que aparece uma fotografia do presidente Lula portando um cocar indígena e afirmando em uma de suas falas que apoiará o ministro Palocci (p. 56). Como afirma Lage (2003), “a reportagem estritamente política baseia-se em entrevistas que tratam de processos políticos em si (denúncias, sempre abundantes e que se amiúdam em tempos de crise ou perto das eleições”) ou outras questões que afetarão de alguma forma o âmbito da política. Se, parte da premissa estratégica fazer explodir eventos orquestralmente construídos para atrair a atenção para o que a revista publica, então onde está a neutralidade e a imparcialidade jornalísticas? Descansando, pois sobre o disfarce das falas que ela seleciona e publica entre aspas para afirmar aquilo que vai de encontro com a sua ideologia, a narrativa noticiosa forma signos com o seu objeto: as ocorrências capturadas pela “vista da imprensa” (grifo meu).

Entre a notícia e o objeto que ela representa existe uma série de mediações, um desencadeamento de signos interpretantes que irá redundar na publicação e sua respectiva repercussão. O objeto do signo/notícia, nesse sentido, já é um signo ou passa pela mediação de um signo socialmente produzido pelas fontes. Em se tratando da editoria de política, por exemplo, as ocorrências são articuladas pelas fontes (pessoas ou instituições aos quais os jornalistas recorrem a fim de obter dados para suas matérias) e estão embutidas de interesses diversos. Ao produzir a notícia, o jornalista opera numa instância interpretativa, onde se conjuga o acontecimento em si, seu estabelecimento no cotidiano, os envolvimentos econômicos e políticos e, sobretudo, a pauta, formam os pontos de uma cadeia que antecedem a decodificação jornalística.

A construção do título da matéria “*O Palocigate e a morte da ética*” (VEJA, 2006: 50) traz uma adaptação de uma construção noticiosa de grande repercussão midiática mundial o caso *Watergate*, isso vem reforçar o sentido polêmico que emana da construção discursiva imposta na matéria. O uso de signos e símbolos presentes no corpo do texto como a bússola sobre a qual se depreende o texto não apenas denota como conota variados sentidos, alguns propositalmente armados para imprimir a suas intenções.

4.3. O plano dos signos e significantes na narrativa noticiosa

Os sentidos são, pois, partes de um processo. Realizam-se num contexto, mas não se limitam a ele. Têm historicidade, têm um passado e se projetam num futuro. Esse projeto significante, se assim podemos denominar, ao mesmo tempo em que retira o sujeito do imediatismo de uma relação mecânica com a situação de enunciação, o coloca na responsabilidade do dizer, o de ser autor e, logo, o de ser a origem, não do discurso, mas de sua unidade e coerência. Numa narrativa noticiosa, por exemplo, o autor (o jornalista) no momento em que inscreve seu discurso na sua matéria (o texto), ele o faz numa instância ideológica na qual está representado histórico-socialmente. Daí pode-se dizer que os diversos sentidos que o texto pode evocar não o impedem de, à princípio, propositalmente enunciar um – legível, exterior e preexistente e, é a partir dele que, cada um pode intervir.

O sentido de uma palavra, de uma expressão ou de uma proposição não existe em si mesmo, isto é, em uma relação transparente com a literalidade do significante, mas é determinado pelas posições ideológicas postas em jogo no processo histórico-social em que estas são produzidas ou reproduzidas. Na construção discursiva “*Os dilemas da direção*” (VEJA, 2006: 66), a matéria mostra a través de uma analogia entre as situações que envolvem os problemas de direção no trânsito e a questão ética que envolve os brasileiros com o que se desprende do seu discurso que é o que o enunciado na matéria: a falta de direção do PT. Apoiado sobre a fonte oficial do Detran, os discurso descortina-se “verdadeiro” e realístico. À primeira vista, parece natural esta construção de sentido na matéria, mas se percebe claramente que esta é fruto de uma construção ideológica com objetivos outros que não o desejo apenas de informar o leitor. Em “*A greve dos privilegiados*” (VEJA, 2006: 65), o sentido é criado a partir da própria

fala “privilegiados” e permeado pelas relações de poder com os jogos imaginários, onde a revista como instituição é o seu pano de fundo.

Não poderia falar de sentidos sem mencionar a importância dos signos e dos significantes na construção do discurso que mapeia o conteúdo da narrativa noticiosa em ênfase. Como assegura Roland Barthes (1971: 43), “o signo é, pois composto de um significante e um significado. O plano dos significantes constitui o plano de expressão e o dos significados o plano de conteúdo”. Em se tratando da notícia, a forma com que os signos apresentam-se dispostos no texto evocam a significação que pode ser concebida como um processo, um ato que une o significante e o significado, dessa junção da ação entre o significante e o significado surge o signo. Na matéria intitulada de “*O “Palocciate” e a morte da ética*”(VEJA, 2006: 50), o uso da bússola na capitulação do texto, ali estrategicamente inserida, revela a “substância do significante é sempre material”, quer sejam através de sons, objetos, imagens, fotografias, infográficos ou outros recursos utilizados pelas técnicas de produção de notícia e diagramação do texto. A bússola, ali presente, pode evocar inúmeros sentidos, desde o seu significado e o seu valor à referência que tem o objeto bússola ao sentido articulado e motivado pela construção do conteúdo em que se encontra inserido. Como frisa Barthes (1971: 58), “a significação participará da substância do conteúdo e o valor de sua forma”. Sendo assim, fica claro que a notícia, enquanto narrativa que pretende dar conta da verdade e do real, é na verdade assim como qualquer outra narrativa, uma narrativa ficcional. Ficcional porque não consegue ser ela mesma transmissora do real no seu sentido em que se pretende, e porque faz parte de uma construção de sentidos que ela naturaliza (o imotivado) e o que ela intelectualiza e culturaliza (motivado). Portanto, se é uma construção, a realidade e a verdade são apenas referências e não o conteúdo inteiro. Mesmo porque parte sempre do predisposto que se trata de uma construção subjetiva, em que se conjugam aspectos sócio-histórico-culturais e contextuais em que se encontra inserido o jornalista e os mecanismos a que está atrelado.

Na fotografia em que aparece o ministro Palocci e caseiro Francenildo, por exemplo, a disposição em que aparece no texto mostra claramente o efeito da construção de sentido. O ministro aparece em tamanho maior embora esteja posto lado a lado com a foto de francenildo, além desse recurso significante, há uma legenda em que afirma: “*Duelo desigual*” (VEJA, 2006: 50). Fica claro como frisa Barthes (1971: 53) que “o significante é um mediador (material) do significado”. No decorrer da matéria fica evidente que a revista não só antecipa a saída do ministro do cargo como ainda o submete ao sentenciamento: “*O*

ministro Antonio Palocci começou a perder aceleradamente as condições – políticas, éticas, administrativas – de manter-se no cargo de ministro da Fazenda do Brasil”. (VEJA, 2006: 50). Sei que isto constitui um recorte na análise pretensa, mas configura no conjunto como uma atividade, dentro do processo de comunicação, uma representação visando transmitir um certo sentido. O recurso da fotografia como aparato testemunhal que vem reforçar o “desejo de verdade” do jornalismo há muito difundido vem afirmar que aquilo que se vê é verdadeiro. Tal constatação não condiz com o que se acredita ser o verdadeiro, pois a fotografia é o resultado de uma produção pertinente para designar uma reprodução de uma seqüência narrativa. Como acrescenta SCHEFER (1973: 123), em: A imagem: O sentido Invertido, no nível de unidade perceptiva, “a imagem já aparece plenamente em seu fundo ideológico (sua constante: a de um produto que se colocou em uma relação de instituição semântica quanto à sua leitura e que é pensado como puramente residual quanto à sua produção)”.

A fotografia da deputada Ângela Guadagnin do PT dançando cujo título: *A dança da impunidade*”(VEJA, 2006: 60) vem reforçar a relação que há originalmente entre a instituição do referente-significado e a constituição de figurabilidade no âmbito interpretativo. Tanto na fotografia da deputada quanto na do presidente Lula, usando cocar e penacho (elementos da cultura indígena) realçam o sentido embutido no discurso sobre a ética que é discorrido na narrativa noticiosa. As imagens aí suscitadas remetem a um universo de signos e de significantes. Como frisa SCHEFER (1973: 126), “sob a imagem está sempre o motivo da fábula da origem – do homem, do signo, da linguagem – que se anima tomando o lugar de sua economia significativa”. E diz ainda: “A imagem não permite talvez colocar a questão do significante doutro modo senão como o “representante’ do significado; sua eficácia conceitual é ideológica à medida em que ela não é histórica e economicamente pensada em sua produção: seu domínio é o *definitum* iconológico.”(Idem). Sendo assim, é permitido pensar a fotografia jornalística presente na matéria em ênfase, como o conteúdo ideológico articulado ao problema do referente”.

A questão da imagem nessa análise de discurso e de sentido da narrativa noticiosa se faz necessário, uma vez que o discurso construído na Revista utiliza as imagens fotográficas e outros recursos para validar o conteúdo ideológico embutido nas suas construções. Mas as construções discursivas não se esgotam aí, há inúmeros signos e sentidos por entre as dobras de uma notícia que em numa análise apenas não caberia.

Vale ressaltar que no campo autoral da notícia, o jornalista se vê diante da construção de sentido. Sentido, para Coelho Neto (1990: 71), é o efeito total que o signo foi calculado para produzir e que ele produz imediatamente na mente, sem qualquer reflexão prévia; é interpretabilidade peculiar ao signo, antes de qualquer intérprete”. Pode-se constatar na inserção da bússola que figura na capa, nas matérias (VEJA, 2006: 50 – 58) em que a ética do PT é colocada em evidência. No primeiro momento o signo já codifica e direciona o leitor para uma interpretação, isto foi devidamente calculado para produzir este efeito. Aliás, os efeitos são também elaborados quando escolhem determinados signos e que significações primeiras que os mesmos despertarão. Segundo Pierce, citado por Coelho Netto (1990: 73), o primeiro efeito significativo próprio de um signo é um sentimento por ele induzido. Este sentimento, quase sempre constatável, é interpretado como prova de que compreendemos o efeito adequado do signo, embora as bases de sua verdade, neste caso, sejam muito tênues”. O efeito direto produzido pelo signo no intérprete é a atribuição de significado, ou seja, é algo que ele realmente experimenta sempre que interpreta, já a significação constitui o resultado interpretativo a que todo intérprete pode chegar, é nesta instância que se sabe se o signo atingiu ou não o seu efeito total. Na construção discursiva da matéria em destaque, o uso deste signo inserido em toda uma contextualização, não só produziu a interpretação almejada como despertou outro sentido antes imotivado. O que se percebe é que a revista *Veja* aproveita cada espaço gráfico e discursivo na construção de suas narrativas noticiosas, ou como se diz em jornalismo, matéria jornalística (fruto de uma reportagem), para imprimir as suas próprias motivações, conteúdo ideológico e tem nos suportes lingüísticos e semânticos além de outros um lugar propício. As dezoito páginas dedicadas e relacionadas à manchete principal “Moral Torta” (VEJA, 29/03/2006) em que a deputada Ângela Guadagnin aparece em destaque “dançando”, cujas matérias relacionadas trazem a ética como pano de fundo para a construção das narrativas cuja convergência incide sobre os problemas em que o PT (Partido dos Trabalhadores) encontra-se envolvido, como os da “CPI do Mensalão”. Por acaso, se é que existe acaso, este ano é um ano de disputas eleitorais para presidente e governadores. Os assuntos relacionados à política ocupam maiores espaços nas reportagens jornalísticas, isso é perceptível, porém a forma como estas reportagens são direcionadas e construídas é que é passível de críticas e de análise. A retórica jornalística prima pela objetividade, neutralidade e imparcialidade no seu fazer jornalístico, contudo não é o que se consoma, pois basta não apenas ler as duas colunas de opinião assinadas e propositalmente selecionadas para compor as matérias em destaque como todo o discurso embutido no seu

conteúdo para perceber que se trata de uma narrativa como outra qualquer: tem contexto subjetivo, interpretação, parcialidade e acima de tudo intenção.

Poderia dizer que se aproxima da literatura ficcional, pois tem sempre o protagonista, o antagonista, o enredo, cenário, o drama, a comédia e outros estilos, além de ter o autor, que apenas narra o fato sem se deixar emocionar pelos acontecimentos. E o leitor, até onde se deixa envolver pela trama tecida? Será ele tão passivo assim? Será que apenas responde ao que incita os códigos, signos e sentidos direcionados? Estas e outras indagações podem ser feitas, contudo as respostas quase sempre implicarão no que coincide ou no intangível que extrapola os signos.

Verifica-se um processo de semiose que se depreende à publicação da notícia. A questão da ética e da moralidade juntamente com a colocação da bússola e da tarja preta no conteúdo da notícia gera um conjunto de signos: Eles desencadeiam novos signos, assim como a imagem da deputada “dançando”. O repórter absorve parte do processo e o transforma na versão que será publicada. Existe nesse encaminhamento, uma alternância entre signo e objeto, um vai transformando-se em outro. A imagem da dança, a bússola, a manchete: Moral Torta (capa da revista) mostra não apenas os signos predominantes, mas chama para os sentidos que a matéria que despertar. A imagem da dança, passa a se configurar como o objeto principal para a construção não apenas discursiva, mas também de sentidos. O fato de o ato ocorrer numa sessão plenária e de ser focado pelas lentes e as câmeras da imprensa da TV Senado e ser passada para as outras mídias é que faz com que o gancho jornalístico se instaure com tanta veemência. Nota-se que este detalhe figura na matéria com potência de verdade aliada à interpretação orquestrada, que no momento atual desperta o interesse e constrói a opinião do público que ela deseja atingir. Neste sentido, o fato propaga-se na mídia e atinge os organismos políticos, além de dá à cobertura novo impulso para chamar a atenção do leitor e da sociedade.

Como se viu em Pierce, citado por Coelho Netto (1990), o signo pode criar o objeto e tal fenômeno é intensamente descortinado no jornalismo. Alsina (1989: 113-131) diz que o nexos entre o acontecimento /fonte/ notícia forma o eixo central na construção da realidade jornalística. Porque as fontes funcionam como produtoras de notícias e muitas vezes de acontecimentos artificiais que se transformam em notícia. Numa sociedade cada vez mais formatada para o espetáculo e a exposição midiática, a grande maioria das ações sociais já é planejada com o intuito de transformar-se em pautas para os jornais. As narrativas noticiosas ou notícias integram uma cadeia semiótica mais ampla, onde sua possibilidade a partir da pauta,

sua feição mais concreta, pressupõe uma continuidade demarcada pelo caráter potencial de produção de interpretantes. Os sistemas semióticos, entretanto, desenvolvem lugares de processos de identificação ou afinidades que atraem potencialidades e motivações para fins determinados. Mesmo que uma determinada ocorrência fique apenas na camada das possibilidades da notícia, isto é, ficou abrigada apenas no cabide da pauta, ela já é potencialmente notícia e portadora de códigos que lhes assegura esta condição.

A “verdade” e a “realidade” que o jornalismo persegue e apregoa nos seus discursos, na verdade, necessita de algumas ponderações relativísticas, pois trata-se da verdade do objeto e que terá peculiaridades distintas de acordo com a cadeia semiótica em que se encontrar filiada. E pela lógica peirceana, que fala dos ícones (signos de qualidade, cujos objetos são mera probabilidades), os objetos podem ser absolutamente ficcionais, com todas as verdades que lhe dizem respeito. Vale ressaltar, que o objeto do signo não é uno, mas multifacetado, assim como é a própria narrativa noticiosa que é construída a partir de uma intertextualidade gerada por uma polifonia de vozes oriundas das fontes e da interpretação do repórter e dos jornalistas que participam de todo o processo de produção e publicação desta na mídia selecionada.

O jornalismo em relação a outras linguagens tem como princípio norteador de codificação o caráter factual, condição que institui mitos como o da objetividade jornalística presente nas notícias. Isto não o difere das outras narrativas ficcionais, por exemplo, ou de uma pintura de uma artista plástica abstracionista que também dão conta de uma realidade cotidiana ali interpretada. Partindo do pressuposto que tudo é fruto de uma interpretação pelo observador, o jornalista como o intérprete não se isenta de seu universo contextual e, é a partir da interpretação que o signo ganha algum sentido e referência para algum objeto. Portanto, é a interpretação que nos permite criar, é ela que faz com que cada signo criado gere um universo de outros signos.

Um dos símbolos mais importantes e talvez um dos que mais poderes exerça é a palavra. Presente na narrativa noticiosa, a palavra não apenas imprime o sentido primeiro ao signo em ênfase, como também reforça o tempo inteiro a intenção e a afirmação que a narrativa ou notícia pretende passar. A linguagem escrita permite que o cérebro humano não apenas perceba os objetos e acontecimentos numa perspectiva espaço-temporal, mas também os represente como conceitos, pense a respeito deles e os comunique. Em se tratando da notícia em que figura a imagem da cidadã e parlamentar Ângela Guadagnin (PT- São Paulo) “dançando”, por exemplo, o signo apenas não seria suficiente para afirmar o sentido motivado, mas a

construção de sentido dada pela própria narrativa noticiosa e interpretação que sutilmente se revela quer seja nas falas das fontes consultadas e nas vozes dos entrevistados ou quer pela própria arquitetura do texto, da disposição dos signos, imagens, objetos, elementos gráficos e demais estratégias que fazem parte do fazer jornalístico.

5. CONCLUSÃO

Ancorados sob a ótica da complexidade, da semiótica, das teorias da comunicação e de pesquisas que vociferam no universo da comunicação, iniciamos a nossa análise, a nossa interpretação, o nosso parecer à cerca das construções discursivas, da instauração de sentidos, da construção de “realidades” e “verdades” pelos meios midiáticos, em especial pelas notícias. Assim, a verdade surge como o resultado de um processo e não de forma natural, espontânea como apregoa os discursos jornalísticos. Através da forma como o jornalismo através de sua retórica enunciativa constrói o acontecimento presente na notícia, ao postular-se objetivo, imparcial e neutro. Descortina-se o seu verdadeiro fazer que está atracado num modo mais próximo da narrativa ficcional, pois ele resulta de contextos interpretativos frutos de subjetivações e escolhas. Pela retórica, a notícia traz em si a transcrição do fato, o espelho da realidade, mas na prática, ela surge como uma narrativa criada e

formulada segundo os critérios de produção que têm na técnica e nos aparatos enunciativos os seus disfarces. Movidos pela “atualidade” e pelos eventos imprevisíveis agem os jornalistas, a fim de darem conta da “realidade”. Insinuando-se intérprete da sociedade, através de seu dizer legitimado, as notícias ou narrativas noticiosas incumbem-se da possibilidade de universalidade. O sujeito leitor ou espectador tem nestas narrativas noticiosas uma extensão de seu próprio olhar. É como se a imprensa significasse sua própria vista, ou seja, o que foi noticiado é verdade e realidade e o que passa ao largo não existe. Quebrando esta possibilidade de “real” e de “verdade”, as notícias ou narrativas noticiosas podem dar conta apenas daquilo que ela interpretou, dos fragmentos que ela conseguiu reunir no polifônico discurso montado pelas falas que ela selecionou e projetou na narrativa.

No sentido em que emprega mohammed Elhajji, a atuação do jornalista está inserida na esfera da linguagem, onde a instauração de sentidos, significados e de ideologia descortina-se no e por entre o texto que este escreve. Aliás, a linguagem é o local onde ele se inscreve para se enunciar. Através da linguagem, o jornalismo encontra uma forma referencial para intermediar a relação com o mundo e com os leitores. A partir dessa “solidariedade” de relações fica mais fácil para as “doutrinas” jornalísticas disseminarem os seus conteúdos ideológicos, semânticos e semióticos. Conhecendo os signos, o que estes podem significar em determinada construção discursiva, os significantes e os significados que poderão ser evocados, bem como os sentidos que forem despertados, deslizam-se mais facilmente os seus propósitos. Não se trata de uma visão apocalíptica do jornalismo, mas uma percepção deste como intérprete não apenas social, mas intérprete de si mesmo. È a realidade que interessa a ele interpretar e não a realidade que se mostra à sociedade, ou seja, a realidade que ele apreende é fruto da intervenção temporal, da contemporaneidade do acontecimento, da constituição cultural, social, histórica, ideológica e contextual em que se encontra inserido o jornalista. Argumentamos, no entanto, que esses pressupostos em si já denotam o quão é subjetivo o fazer jornalístico. O quanto ele tem de complexo, de passível a críticas. Porém configurá-lo somente como complexo, seria uma idéia reducionista. Porém propor que este se assuma parcial, subjetivo e reflexivo constitui uma forma de ele exercer seu verdadeiro papel na sociedade: o de interpretador intencional e não o intérprete da sociedade.

Através de um sistema de códigos e símbolos, os sistemas de produção jornalísticos constroem realidades que por seu caráter factual ganham peso de realidade efetiva. Como diz Muniz Sodré, a

instauração desses códigos constitui fator fundamental para que a notícia-produto seja construída e legitimada globalmente. Nota-se por todos os exemplos que citamos, que o jornalista não está de fato presente nos acontecimentos, mas o está num universo de falas e recortes sobre o qual este acontecimento é construído e a realidade instaurada. A presença de recortes na narrativa noticiosa, ou notícia faz desta o resultado de um polifônico e interpretado texto. Ao mesmo tempo em que esta narrativa surge como fruto de uma construção interpretativa, o discurso que dela se depreende dá origem a outros discursos assim como certos acontecimentos dão origem a outros acontecimentos, os meta-acontecimentos discursivos. Ao analisarmos o discurso de *Veja*, por exemplo, nos deparamos com elementos outros propositalmente inseridos nas matérias enfatizadas, que uma visão semiótica se fez necessária. A interpretação dos códigos, dos signos, dos significados e da presença do significante se fez necessária para podermos perceber de que forma a “realidade” é criada e como a verdade é apenas um ponto de vista, uma interpretação e não o que afirma o discurso jornalístico.

A realidade e o acontecimento podem ser construídos, inclusive, homogeneizados no pensamento através do bombardeio de informações diárias a que estamos submetidos. Através dos discursos inseridos nos contextos jornalísticos, a imagem que temos de nós mesmos e do mundo é sutilmente formatada. Ou seja, é através das notícias que o leitor faz a marcação de impressões, que pautará paulatinamente seu cotidiano. Nesse estudo, *a priori*, desvela-se seja através do discurso, linguagem, fórmulas e formas de produção de notícia, os meios pelos quais se utiliza a mídia para através da re-configuração do acontecimento criar uma realidade.

Vimos também que o discurso jornalístico utiliza-se de estratégias para impor através da notícia o seu parecer do que seja real e do que seja verdade, segundo os critérios que lhes são pertinentes. E, é através desses critérios que suas ideologias são repassadas no conteúdo que se imprime no texto.

Em suma, ao apresentar os fatos como se estes fossem autônomos, que emergem de forma natural, o discurso jornalístico concebe o acontecimento como o registro de ocorrências de realidade da atualidade. Contudo, esta concepção fraudada, por exemplo, as ocorrências que implodem sem a sua intervenção e seu controle. Vimos que o jornalismo insiste em afirmar-se transparência entre o acontecimento e a notícia, o que foi dito constitui o fato. O que pragmaticamente não se percebe, pois este resulta de estratégias de um discurso de referencialidade. E como resultado das interferências, ele já nasce elaborado e interpretado.

Para dar o efeito de “real”, o discurso jornalístico esconde-se por trás de uma retórica enunciativa pretensa de objetividade e isenção subjetiva. O que se configura, no entanto, é um “patchwork” de selecionadas falas que vão de encontro com a intencionalidade e ideologia dos seus produtores. As vozes que falam nas redações das revistas, no caso a redação de *Veja*, tem a ver com a posição que esta ocupa no mercado e na esfera política. E como este é um ano de importantes escolhas e decisões políticas, pois as eleições de outubro se aproximam, fica mais evidente o operar orquestrado presente nos discursos e nos conteúdos das reportagens que imprimem opiniões que possam convergir para sentidos por estes direcionados. Enfim, através de todos os processos por que passa as narrativas noticiosas ou simplesmente notícias, fica claro que “a verdade” e a “realidade” também são frutos dessa convergência interpretativa.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ALSINA, Miguel Rodrigo. *La Construcción de la noticia*. Barcelona, Buenos Aires, México : Paidós : 1996.

BAHKTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem* . São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARTHES, Roland. *Ensaio Críticos*. Lisboa: Edições 70, 1971.

_____. *Elementos de Semiologia*. Trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1971.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. In: *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre a Literatura e História da Cultura* . Obras Escolhidas, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1985.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*: coleção estudos. 5ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. *Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal* . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. *Contrafogos 2. Por um movimento social europeu* . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. *Sobre a televisão: Seguido de: A Influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRAGA, José Francisco. *A Produção e a Construção do Acontecimento no Jornalismo*. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2000.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 8ª ed. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

BULIK, Linda. *Doutrinas da Informação no Mundo de Hoje*. São Paulo: Loyola, 1990.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

COELHO NETTO, J. Teixeira. *Semiótica, Informação e Comunicação: Diagrama do Signo*. Coleção Debates; 3ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

DUAILIBI e CABRAL, Júlia e Otávio. *O “Palocigate” e a morte da ética.* Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, ano 39, n. 12, p. 50- 57, mar., 2006.

DUCROT, Oswald. *Princípios de Semântica Lingüística: dizer e não dizer.* São Paulo, Cultrix, 1977.

ECO, Umberto. *A Estrutura Ausente. Estudos;* Trad. Pérola de Carvalho. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. *As Formas do Conteúdo.* Trad. Pérola de Carvalho; Coleção Estudos. São Paulo: Perspectiva, 1974.

ELHAJJI, Mohammed. *Por um Jornalismo Autoreflexivo.* IN: *Ética, Cidadania e Imprensa:* Raquel Paiva (organizadora). Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

ERBOLATO, Mário. *Técnicas de Codificação em Jornalismo.* São Paulo: Ática, 1991.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso.* 8ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GOMES, Wilson. “*Estudos críticos e estudos de linguagem na pesquisa em Comunicação*”. *INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação.* V. XX, n. 1. São Paulo: 1997. p. 141-150.

GONDAR, Jô. *Memória, poder e resistência.* In: Gondar, J. e Barrenechea, M.A. *Memória e espaço: trilhas do contemporâneo* . Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda., 2003.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.* 7ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HÜNE, Leda Miranda (organizadora); colaboradores Ana Maria Garcia... (et al) *de Metodologia Científica – Cadernos de Textos e Técnicas;* 6ed. Campinas: Papyrus, 1997.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Técnicas de Mascarar Interesses: A Prática da Objetividade Jornalística.* In; *Revista Comunicações e Artes:* São Paulo: ECA/USP, nº15, 1986.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à Semanálise*. Trad. Helena França; Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MAINGUENAU, Dominique. *Termos-Chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, Campinas, SP, Editora Unicamp, 1998.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MATURANA, Humberto. *A Ontologia da Realidade*. Cristina Magro, Miriam Graciano e Nelson Vaz (organizadores). Minas Gerais: UFMG, 2001.

MANUAL DE REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Publifolha, 2000.

MATTELART, Armand e Michèle. *História das Teorias da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 2002.

MEDINA, Cremilda. *Notícia um Produto à Venda*. São Paulo: Summus, 1999.

MOULLAUD, Maurice & **PORTO**, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. – 2ed. Brasília: UNB, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 5ª edição, 2003.

_____. *Discurso e Leitura*. – 3ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *As formas do silêncio – No movimento dos sentidos*. Campinas, SP. Editora Unicamp, 5ª Edição, 2002.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora Unicamp, 1988.

_____. *O Discurso. Estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2002.

- PAIVA**, Raquel (org.). *Ética, cidadania e imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- PAIVA, SODRÉ**, Raquel e Muniz. *Sobre o facto e acontecimento*. IN: *Trajectos: Revista de Comunicação, Cultura e Educação*. Lisboa, Portugal: Casa das Letras, 2005.
- PEREIRA Jr.**, Alfredo Eurico Vizeu. *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- RECTOR, NEIVA**, Mônica e Eduardo (organizadores). *Comunicação na Era Pós-Moderna*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- REIS**, Ruth de Cássia dos. *Local e Global: O Jornalismo no tempo das trocas*; Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2002.
- ROCHA**, Juliana Marques. *A Representação da Baixada na Mídia: A cobertura da chacina de 31 de março de 2005*. Monografia (graduação em comunicação Social/ Jornalismo). Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2005.
- RODRIGUES**, Adriano Duarte. *O Acontecimento*. In: **TRAQUINA**, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias “estórias”*. Lisboa: Veja, 1993.
- ROSSI**, Clóvis. *O que é Jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980
- SÁ MARQUES**, F. Éster. *O Processo de televisamento do Texto Jornalístico*. In: **MOUILLAUD**, M. e **PORTO**, S. D., *O Jornal – da Forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- SCHEFER**, Jean-Louis. *A Imagem: O sentido Invertido*. IN: *A Análise das Imagens*. Trad. Luís Costa Lima e Priscila Vianna de Siqueira; Coleção Novas Perspectivas em comunicação/ 8. Petrópolis: 1973.
- SODRÉ**, Muniz. *Reinventando a Cultura: A Comunicação e Seus Produtos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- TARDE**, Gabriel. *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- TEIXEIRA**, Jerônimo. *4 Questões do dia-a-dia sobre o que é certo ou errado*. Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, ano 39, n. 12, p. 58- 68, mar., 2006.
- THOMPSON**, John B. *A Mídia e a Modernidade: Uma Teoria Social da Mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TRAQUINAS**, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

